



3102771

00135.208565/2022-21



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS**  
**COORDENAÇÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**  
SCS Quadra 09 - Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre-A, 10º Andar  
Brasília, DF. CEP 70308-200. - <http://www.mdh.gov.br>

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 4/2022

PROCESSO Nº 00135.208565/2022-21

Torna-se público que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, por meio da Coordenação-Geral de Logística, sediada no Setor Comercial Sul, Bloco B, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, CEP 70308-200, na cidade de Brasília/DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **com critério de julgamento menor preço global com incidência do maior percentual de desconto**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **11/08/2022**

Horário: **09:00 h**

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de frota automotiva, por meio de sistema informatizado e integrador de módulos, on-line e tempo real, para fornecimento de combustíveis, óleos, filtros lubrificantes, serviços de guincho, lavagens e de borracharia, de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças/materiais, mediante intermediação, junto a rede credenciada de estabelecimentos, para atender a frota de veículos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 4 (quatro) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o maior desconto global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/810005

Fonte: 100

Programa de Trabalho: 14.122.0032.2000

Natureza de Despesa: 339030 e 339039

### 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas a empresa de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame.

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 5. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O Envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art, 43, §1º, da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *O percentual do desconto, valor total do item e global do grupo;*

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços quando demandado e executado, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a

qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. *O lance deverá ser ofertado pelo maior desconto do item.*

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta

deverá ser de **0,05% (zero vírgula zero cinco por cento)**

- 7.9. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 7.10. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.*
- 7.11. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 7.12. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.*
- 7.13. *Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.*
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempos superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço global com incidência do maior percentual de desconto** conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos objeto executado:

7.26.1. por empresas brasileiras;

7.26.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das prevista deste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3. **É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.**

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade de preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no §9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU – Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexecuível.

8.4.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.4.4.2. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.4.3. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão de sessão pública para a realização de diligências, com vista ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.9. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.10. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da solução ou da área especializada no



objeto.

8.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.13. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante a apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital .

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferentes números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto do item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação nos itens a seguir, para fins de habilitação.

**9.8. Habilitação jurídica:**

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda estadual ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda estadual ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**9.10. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.10.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

#### 9.11. **Qualificação Técnica:**

9.11.1. A Contratada deve apresentar atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de produto considerado, pela Contratante, compatível com as características e quantidade do objeto licitado, de forma satisfatória e a contento, devidamente datado(s) e assinado(s);

9.11.2. Comprovação que da Qualificação Técnica, que já executou objeto compatível ao desejado, com apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, no qual conste:

9.11.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto proposto, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que fique comprovado a execução do serviço de **GERENCIAMENTO DE FROTA, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, MANUTENÇÃO e PEÇA AUTOMOTIVA**, mediante rede credenciada.

9.11.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.4.1. A licitante, deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por Órgão ou Entidades da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, ou ainda de empresas privadas, com as características mínimas:

9.11.4.2. Prestação de serviço de administração e gerenciamento de frota, utilizado no abastecimento, lavagens e higienização de frota de veículos;

9.11.4.3. Comprovação de fornecimento de peças para veículos e prestação de serviços de manutenção automotiva.

9.11.4.4. Não será exigido quantitativo mínimo de veículos gerenciados nem prazo mínimo de prestação do serviço no(s) atestado(s) apresentado(s).

9.11.4.5. Serão aceitos atestados que comprovem a prestação do serviço de gerenciamento da manutenção veicular por meio de equipe especializada.

9.11.4.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.5. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante

9.11.6. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

9.11.7. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item "10.9" do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.8. Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do pregoeiro e da sua equipe de apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 90, 101 e 102, da Lei nº 8.666/93.

9.11.9. O pregoeiro e da sua equipe de apoio poderá realizar diligência para verificação da autenticidade dos conteúdos dos atestados.

9.11.10. Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação do contrato de prestação de serviços entre o emissor do atestado e a licitante, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante, às penalidades cabíveis.

9.11.11. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor

## 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **até 2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este Edital.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.4. Ainda, juntamente com sua proposta final, a Licitante deverá entregar, preenchido e assinado pelo responsável legal o Termo de Integridade (modelo Anexo IV do TR).

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

### **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no Termo de Referência.

15.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao Sicaf para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

#### 16. **DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

#### 17. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

#### 18. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

#### 19. **DO PAGAMENTO**

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

#### 20. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 20.1.3. apresentar documentação falsa;
- 20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.6. não mantiver a proposta;
- 20.1.7. cometer fraude fiscal;
- 20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e quando não houver disposição específica no Termo de Referência, às seguintes sanções:

20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1. A sanção de impedimento de licitar a contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## 21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: [licitacao@mdh.gov.br](mailto:licitacao@mdh.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço [constante no preâmbulo deste Edital](#).

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data do recebimento do pedido e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## 22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/mmfdh>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço [descrito no preâmbulo deste Edital](#), nos dias úteis, no horário

das 10:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

- 22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos;
- 22.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 22.12.3. ANEXO III- Estudos Técnicos Preliminares;

Brasília, 25 de julho de 2022

**Assinatura da autoridade competente**



Documento assinado eletronicamente por **Celiane Damascena Nunes, Pregoeiro(a)**, em 29/07/2022, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3102771** e o código CRC **86437EFF**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da  
Consultoria-Geral da União  
Edital modelo para Pregão Eletrônico: Serviços continuados sem mão-de-obra em  
regime de dedicação exclusiva.  
Atualização: Fevereiro/2022



3074780



00135.208565/2022-21

**TERMO DE REFERÊNCIA**

PROCESSO Nº 00135.208565/2022-21

**Modelo AGU:** "TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (ATUALIZAÇÃO JUL 2021);**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de frota automotiva, por meio de sistema informatizado e integrador de módulos, on-line e tempo real, para fornecimento de combustíveis, óleos, filtros lubrificantes, serviços de guincho, lavagens e de borracharia, de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças/materiais, **mediante intermediação**, junto a rede credenciada de estabelecimentos, para atender a frota de veículos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

PLANILHA PROPOSTA DE PREÇOS									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADO (A)	DESCONTO (B)	VALOR DO DESCONTO (C) = (A x B)	SUBTOTAL ANUAL COM DESCONTO (D) = (A - C)
1	1	25372	Fornecimento de Combustíveis para frota de veículos do MMFDH.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 99.412,57	4,48%	R\$ 4.453,68	R\$ 94.958,89
	2	13544	Fornecimento de serviços de lavagem e higienização da frota de veículos do MMFDH.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 19.433,55	5,19%	R\$ 1.008,60	R\$ 18.424,95
	3	3565	Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para a frota de veículos do MMFDH.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 33.273,04	4,88%	R\$ 1.623,72	R\$ 31.649,32
	4	3565	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do MMFDH, calculada pelo	Real	Maior desconto (%)	R\$ 12.025,74	5,40%	R\$ 649,39	R\$ 11.376,35



		valor da mão de obra/hora						
<b>TOTAL ANUAL ESTIMADO :</b>				<b>R\$</b> <b>164.144,91</b>		<b>R\$</b> <b>7.735,40</b>	<b>R\$</b> <b>156.409,51</b>	
<b>TOTAL GLOBAL:</b>							<b>R\$ 156.409,51 (cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e nove reais e cinquenta e um centavos)</b>	

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum continuado de administração e gerenciamento de abastecimento, lavagem, fornecimento de peças e manutenção preventiva e corretiva dos veículos, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por **menor preço global**.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

#### 1.6. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1.6.1. Como a contratação em tela trata-se de serviço de administração e gerenciamento de abastecimento, lavagem, fornecimento de peças e manutenção preventiva e corretiva dos veículos, dividir o objeto em itens poderia comprometer a viabilidade técnica e econômica da contratação. Técnica porque os itens se correlacionam e separá-los seria criar mais procedimentos de gestão e econômica porque o parcelamento dos itens diminuiria o interesse no fornecimento dos serviços e haveria uma perda na economia da escala.

1.6.2. Destaca-se que, o mercado demonstra que os serviços prestados nos itens do presente certame são realizados por empresas do mesmo ramo e que o não parcelamento proporcionará descontos mais vantajosos a administração no ganho de escala.

1.6.3. Dessa forma, a área demandante optou pela aglutinação dos serviços em apenas um grupo, de modo que facilitará a gestão dos serviços e, por consequência, dos eventuais contratos. Manter apenas uma empresa responsável pela administração e gerenciamento dos itens parece ser a opção mais racional, uma vez que o serviço a ser contratado não demanda nenhuma complexidade técnica. Com isso, a equipe de fiscalização se beneficia ao tratar quaisquer detalhes da execução dos serviços com apenas um interlocutor, reduzindo inclusive as deficiências de acompanhamento do serviço ao promover agilidade no tratamento das questões formais.

#### 1.7. Exclusividade de participação para microempresas ou empresas de pequeno porte:

1.7.1. Não haverá previsão de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, considerando a vantajosidade à administração no agrupamento da solução, apresentada no item 1.6, do presente Termo, nos termos do art. 10, inciso II do Decreto nº 8.538, de 2015, a saber:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

[...]

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente; (g.n.)

## 2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar da Contratação N 08/2022 (2943137), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A contratação em tela, não se restringe unicamente à prestação de serviços de fornecimento de combustíveis e derivados ou de manutenção automotiva em geral. Trata-se em obter um controle padronizado sobre os serviços contratados visando o aumento da eficiência no tocante à abastecimento e manutenção dos veículos utilizados no cumprimento das atribuições do MMFDH.

2.3. Ademais, em apoio as atividades desempenhadas pela Divisão de Serviços Gerais, a contratação pretendida propiciará maior qualidade na gestão de informações sobre a frota.

2.4. Outrossim, cabe registrar que o vencimento da vigência do Contrato nº 02/2017 (0330555), firmado com a empresa TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A, para prestação de serviços de abastecimento, manutenção e limpeza dos veículos pertencentes à frota própria deste MMFDH, se findará em 20 de setembro de 2022 não podendo mais ser prorrogado.

2.5. Portanto, considerando a premente necessidade de conservação da frota de veículos deste Ministério, com a consequente adoção de medidas que facilitem o gerenciamento dos serviços prestados para sua manutenção e uso, resta evidenciada a imprescindibilidade da realização do presente certame licitatório.

## 2.6. QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER CONTRATADO:

2.6.1. Para mensuração dos quantitativos necessários essa Divisão de Serviços Gerais, em parceria com os colaboradores da equipe de Transporte, realizou a apuração dos veículos atualmente ativos, contabilizando 14 (quatorze) veículos, detalhados no Relatório de abastecimento e manutenção (3083890), no que segue:

VEÍCULOS - MMFDH							
Id.	Marca/Modelo	Porte	Placa	UF	Ano	Cor	Situação
1	FIAT DOBLÔ ADVENTURE - 2003	Médio	NFH-6931	DF	2003	BRANCA	Ativo
2	FIAT PALIO WEEK ELX FLEX - 2005	Médio	AMY-1574	DF	2005	BRANCA	Ativo
3	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	Médio	JDX-9004	DF	2012	PRETA	Ativo
4	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	Médio	JDX-9274	DF	2012	PRETA	Ativo
5	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	Médio	JDX-9444	DF	2012	PRETA	Ativo
6	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	Médio	JJL-1738	DF	2012	PRETA	Ativo
7	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	Médio	JJL-1748	DF	2012	PRETA	Ativo
8	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	Médio	JJL-1758	DF	2012	PRETA	Ativo
9	RENAULT FLUENCE - 2014	Médio	OVT-0390	DF	2014	PRETA	Ativo
10	RENAULT FLUENCE DYN20A - 2013	Médio	OVQ-1333	DF	2013	PRETA	Ativo
11	IVECO DAILY45S16 MINIBUS - 2008	Grande	JGC-5881	DF	2008	BRANCA	Ativo
12	RENAULT FLUENCE - 2012	Médio	JJL-6808	DF	2012	PRETA	Ativo
13	RENAULT FLUENCE - 2012	Médio	JJU-6667	DF	2012	PRETA	Ativo
14	TOYOTA HILUX	Grande	JHN-	DF	2009	BRANCA	Ativo

- 2009	6783
--------	------

2.6.2. Para estimativa do **item 01**, Fornecimento de Combustíveis para frota de veículos do MMFDH, considerando o aumento expressivo no consumo de combustíveis nos últimos 3 (três) meses, Maio, Junho e Julho de 2022, foi avaliada a necessidade de atualização do período utilizado como base de cálculo do consumo em litros estimado de cada veículo detalhado no Relatório de abastecimento e manutenção 2019 - 2022 (3020228), para o intervalo de outubro de 2021 à junho de 2022, Relatório de abastecimento e manutenção (3083890).

2.6.2.1. Registra-se que, o intervalo ora utilizado contempla o período posterior ao retorno gradual e seguro ao trabalho presencial estabelecido pela INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 90, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021 (3075808), que entrou em vigor no dia 15 de outubro de 2021, e consequentemente refletiu no aumento de uso de viagens e reflete de maneira mais eficiente aos serviços consumidos pelo Ministério.

2.6.2.2. Cumpre registrar que, a segurança e transporte oficial de representação da Ministra Damares Regina Alves foi de responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal (PRF) até março de 2022, e que após nomeação da Ministra Cristiane Rodrigues Britto, a responsabilidade pelo transporte Oficial Ministerial e consequente abastecimento do veículo de representação retornou a esta Coordenação de Logística. Dessa forma a utilização do histórico de consumo recente, demonstra-se mais eficiente.

0.1. Em prosseguimento, para estimativa dos valores dos combustíveis foi atualizado o preço médio do combustível informado pela AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP no período de Maio, Junho e Julho de 2022, conforme demonstrado no Anexo - ANP Gasolina e Diesel S10 (3075343), no que segue:

ESTIMATIVA DE ABASTECIMENTO					
Combustível	Preço Médio do combustível estimado (A)	Consumo em Litros estimado Mensal (B)	Subtotal Mensal (C) = (A x B)	Subtotal Anual (D) = (C X 12)	Total Anual + Acréscimo de 30% (E) = (D x (1,3))
Gasolina Comum	R\$ 6,96	860,94	R\$ 5.992,18	R\$ 71.906,16	R\$ 93.478,01
Diesel S-10 Comum	R\$ 7,40	51,41	R\$ 380,42	R\$ 4.565,04	R\$ 5.934,56
<b>TOTAL:</b>		<b>912,35</b>	<b>R\$ 6.372,60</b>	<b>R\$ 76.471,20</b>	<b>R\$ 99.412,57</b>

2.6.3. Cabe destacar que, para uma mensuração mais precisa do valor estimado, como margem de segurança foi realizado um acréscimo de 30% (trinta por cento) ao subtotal anual estimado.

2.6.4. Dessa forma, registra-se que o valor total anual estimado é de R\$ 99.412,57 (noventa e nove mil quatrocentos e doze reais e cinquenta e sete centavos), para o fornecimento de combustíveis para os veículos do MMFDH.

2.6.5. **Itens 02 à 04 - Fornecimento de Lavagem, peças e manutenção para frota de veículos do MMFDH:**

2.6.6. Considerando o recebimento de doação de 03 (três) veículos cedidos pelo DNIT a esse Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, apresentados no Anexo - Termo de Vistoria Veicular - DNIT (3076076), e por não haver um histórico de gastos para os referidos veículos, foi utilizado a média dos custos com os serviços de Lavagem (item 02), Fornecimento de peças (item 03) e Fornecimento de serviços para manutenção (item 04) detalhado no Relatório de abastecimento e manutenção (3083890) como previsão de despesas para os veículos doados.

2.6.7. Em prosseguimento, para estimativa do **Item 02**, prestação de serviços de lavagem e higienização da frota de veículos, essa Divisão analisou o histórico de lavagens e higienizações dos veículos no período de janeiro de 2021 à abril de 2022 através do Relatório de abastecimento e manutenção (3083890), verificou-se que é realizado 02 (dois) tipos de lavagens para o porte de cada veículo, sendo, **lavagem completa** para as lavagens de pintura com higienização interna do veículo e **lavagem expressa** para as lavagens externas apenas da pintura de cada automóvel.

2.6.8. Sendo assim, foi realizado o cálculo mensal de lavagens completas e expressas para cada veículo, com o somatório de ambas é efetuado o levantamento do valor mensal e anual das lavagens,

conforme detalhamento abaixo:

ESTIMATIVA DE LAVAGENS						
Serviço	Porte do Veículo	Estimativa de Lavagem mês	Média Unitária de lavagem	Subtotal de Lavagens Mensal	Subtotal de Lavagens Anual	Total Anual + Acréscimo de 30%
		(A)	(B)	(C) = (A x B)	(D) = (C x 12)	(E) = (D x 1,3)
Lavagem completa	GRANDE	2	R\$ 80,00	R\$ 160,00	R\$ 1.920,00	R\$ 2.496,00
Lavagem completa	MÉDIO	15	R\$ 40,00	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00	R\$ 9.360,00
Lavagem expressa	GRANDE	1	R\$ 40,00	R\$ 40,00	R\$ 480,00	R\$ 624,00
Lavagem expressa	MÉDIO	19	R\$ 23,46	R\$ 445,74	R\$ 5.348,88	R\$ 6.953,55
<b>Total:</b>		<b>37</b>		<b>R\$ 1.245,74</b>	<b>R\$ 14.948,88</b>	<b>R\$ 19.433,55</b>

2.6.9. Destaca-se que, de suma importância considerarmos uma margem de segurança proposta para a futura contratação, sob pena de pecarmos no dimensionamento da execução, razão pela qual apontamos 30% (trinta por cento) de acréscimo sob o Subtotal de Lavagens Anual, ficando estimado o valor total anual de R\$ 19.433,55 (dezenove mil quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos) para o fornecimento de serviços de lavagem e higienização da frota automotiva do MMFDH.

2.6.10. Nos itens 03 e 04, fornecimento de peças e serviço de manutenção para frota automotiva, foi analisado o histórico dos serviços de manutenções realizados nos veículos do Ministério no exercício dos anos de 2019, 2020 e 2021 e obtivemos os valores estimados para nova contratação de peças e mão de obra levando em consideração o retorno presencial das atividades em que os carros voltaram a sua rotatividade normal antes da pandemia, apontamos uma margem de segurança proposta para a futura contratação de 30% (trinta por cento) de acréscimo sob os valores dos Subtotais Anuais, conforme abaixo:

MANUTENÇÕES - PEÇAS E MÃO DE OBRA					
Carros			Média 2019 - 2020 - 2021		
Id.	Modelo	Placa	Peças	Mão de obra	
1	FIAT DOBLÔ ADVENTURE - 2003	NFH-6931	R\$ 3.825,12	R\$ 1.835,78	
2	FIAT PALIO WEEK ELX FLEX - 2005	AMY-1574	R\$ 1.608,23	R\$ 981,05	
3	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JDX-9004	R\$ 2.172,27	R\$ 1.004,60	
4	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JDX-9274	R\$ 18,33	R\$ 33,33	
5	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JDX-9444	R\$ 528,00	R\$ 466,67	
6	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JJL-1738	R\$ 402,99	R\$ 70,50	
7	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JJL-1748	R\$ 232,00	R\$ 190,00	
8	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JJL-1758	R\$ 185,83	-	
9	RENAULT FLUENCE - 2014	OVT-0390	R\$ 4.457,32	R\$ 1.160,07	
10	RENAULT FLUENCE DYN20A - 2013	OVQ-1333	R\$ 3.825,25	R\$ 684,10	
11	IVECO DAILY45S16 MINIBUS - 2008	JGC-5881	R\$ 2.854,73	R\$ 842,20	
Subtotal Anual: (A)			R\$ 20.110,08	R\$ 7.268,31	
Média por veículo (B) = (A / 11)			R\$ 1.828,19	R\$ 660,76	

MANUTENÇÕES - PEÇAS E MÃO DE OBRA ESTIMADA PARA OS CARROS DOADOS				
Carros			Média POR VEÍCULO	
Id.	Modelo	Placa	Peças	Mão de obra
12	RENAULT FLUENCE - 2012	JJL-6808	R\$ 1.828,19	R\$ 660,76
13	RENAULT FLUENCE - 2012	JJU-6667	R\$ 1.828,19	R\$ 660,76
14	TOYOTA HILUX - 2009	JHN-6783	R\$ 1.828,19	R\$ 660,76
Subtotal Anual: (C)			R\$ 5.484,57	R\$ 1.982,27

TOTAL ESTIMADO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA
---------------------------------------

Calculo	Peças	Mão de obra
<b>Total Anual (D) = (A + C)</b>	<b>R\$ 25.594,65</b>	<b>R\$ 9.250,57</b>
<b>Total Anual + Acréscimo de 30% (E) = (D x 1,3)</b>	<b>R\$ 33.273,04</b>	<b>R\$ 12.025,74</b>

2.6.11. Dessa forma, estimamos o valor total anual de R\$ 33.275,04 (trinta e três mil duzentos e setenta e cinco reais e quatro centavos) para o fornecimento de peças, equipamentos e acessórios, bem como o valor total anual de R\$ 12.025,74 (doze mil vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos) para o fornecimento de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do MMFDH.

2.6.12. **Quantitativo Total:**

2.6.13. A partir das informações acima elencadas, apresenta-se o quantitativos necessários para atendimento das demandas:

PLANILHA QUANTITATIVOS						
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADO (A)
1	1	25372	Fornecimento de Combustíveis para frota de veículos do MMFDH.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 99.412,57
	2	13544	Fornecimento de serviços de lavagem e higienização da frota de veículos do MMFDH.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 19.433,55
	3	3565	Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para a frota de veículos do MMFDH.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 33.273,04
	4	3565	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do MMFDH, calculada pelo valor da mão de obra/hora.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 12.025,74
<b>TOTAL ANUAL ESTIMADO (SEM DESCONTO) :</b>						<b>R\$ 164.144,91</b>

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar da Contratação N 08/2022 (2943137), Anexo VIII deste Termo de Referência.

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

### 5.1.2. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

- a) Atendimento das demandas de fornecimento de combustíveis;
- b) Atendimento das demandas de lavagens e higienização;
- c) Atendimento das demandas de fornecimento de peças;
- d) Atendimento das demandas de manutenção;
- e) Atendimento aos prazos estabelecidos no Termo de Referência e conforme Anexo V - Prazos;
- f) Nível de serviço adequado ao contratado;
- g) Implementação de sistema informatizado de controle na web, para monitoramento dos serviços realizados.

5.2. A empresa Contratada deve disponibilizar sistema com tecnologia a ser implementada constituído em um modelo de gestão integrado a um sistema de pagamento do abastecimento e da manutenção dos veículos, sendo que os veículos do Contratante terão seu próprio cartão magnético ou micro processado.

5.3. O sistema e sua operacionalização devem funcionar nos seguintes moldes:

5.3.1. Os cartões magnéticos ou micro processados são cartões individuais eletrônicos que viabilizam o gerenciamento de informações da frota, sendo um para cada veículo ativo;

5.3.2. Permitir a identificação do usuário, com senha pessoal por condutor, de maneira a possibilitar o efetivo controle sobre as transações efetuadas evitando transações indevidas;

5.3.3. O sistema de gerenciamento integrado online deve possibilitar a emissão de relatórios gerenciais dos abastecimentos e das manutenções realizadas;

5.3.4. O sistema deverá ser compatível com os padrões de tecnologia utilizados pela Contratante, devendo a Contratada comunicar-se com a fiscalização ou gestão do contrato da Contratante para obter detalhes técnicos para disponibilizar um sistema compatível com as tecnologias utilizadas pela Contratante;

5.4. O investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação dos equipamentos de leitura, gravação e transmissão de dados, cartões (1a vias), credenciamento da rede de empresas fornecedoras, administradoras de cartão de pagamento, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação, serão por conta da Contratada sem ônus para a Contratante.

5.5. A Contratada deve garantir que a rede credenciada fornecerá os seguintes combustíveis: gasolina comum, etanol comum, óleo diesel S-10, e outros combustíveis compatíveis com os veículos da frota da Contratante.

5.6. A Contratada deve garantir que a rede credenciada fornecerá serviços de lavagem automotiva ecologicamente sustentável com vistas a preservação dos recursos hídricos.

5.7. No caso dos serviços de manutenção veicular preventiva e corretiva os cartões utilizados para estes serviços não terão sua aprovação através das máquinas de cartões, e sim, pelo fluxo de aprovação do sistema de gestão de frotas da Contratada.

5.8. A Contratada deverá comprovar, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação do contrato no Diário Oficial da União, por meio de documentos idôneos, que possui a rede credenciada/habilitada para prestação dos serviços.

5.9. A Contratada deve responsabilizar-se por eventuais danos que possam ocorrer com os veículos oficiais da Contratante em quaisquer dos estabelecimentos de sua rede credenciada quando da prestação de serviços a estes veículos.

5.10. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

5.10.1. A Contratada deverá detalhar e repassar, conforme orientação do MMFDH, todo o conhecimento técnico utilizado na implementação dos serviços, sem prejuízo da devida atualização da base de conhecimento ao longo de toda a execução contratual;



5.10.2. A transferência de conhecimento para o MMFDH, no uso das soluções desenvolvidas pela Contratada, deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para a Contratante, em eventos específicos de transferência de conhecimento, e baseado em documentos técnicos e manuais específicos da solução desenvolvida;

5.11. A Contratada deverá descrever a metodologia que será utilizada para transferir conhecimento aos técnicos do MMFDH, os quais poderão ser multiplicadores a outros técnicos ou a usuários finais. A metodologia e os cronogramas deverão constar de um documento formal, um Plano de Transferência do Conhecimento, a ser previamente aprovado pela equipe gestora do MMFDH atendendo os prazos previsto no Anexo V - Prazos.

5.12. Caso ocorra nova licitação, com mudança de fornecedor dos serviços, a Contratada signatária do contrato em fase de expiração, assim considerado o período dos últimos 03 (três) meses de vigência, deverá repassar para a vencedora do novo certame, por intermédio de eventos formais, os documentos, procedimentos e conhecimentos necessários à continuidade da prestação dos serviços, incluindo a base de conhecimentos, bem como esclarecer dúvidas a respeito de procedimentos no relacionamento entre o MMFDH e a nova Contratada (Ajustada a demanda do Ministério).

5.13. Quadro com soluções de mercado: Conforme consta no Estudo Técnico Preliminar da Contratação Nº08/2022 (2943137), existem várias empresas, no mercado, capazes de atender as demandas da pretendida contratação.

5.14. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

6.1. Considerando o que dispõe o artigo 7º, XI, da Lei nº. 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é imperioso que os bens e serviços envolvidos nesta contratação considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

6.2. Todos os processos envolvidos na execução desse objeto, sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

6.3. A Contratada deverá buscar que sua rede credenciada adote, cada vez mais, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

6.4. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº362, de 23/06/2005, a Contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

6.4.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

6.4.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, por meio da Contratada, coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

6.4.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

6.4.4. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

6.4.5. Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo

fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

6.4.6. Quanto às substâncias que destroem a camada de ozônio, na execução dos serviços, a Contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes.

6.4.7. Quanto a frascos de aerossol em geral, a Contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.

6.4.8. Manter programa interno para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

6.4.9. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados e destiná-los à coleta seletiva municipal ou às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

6.4.10. Respeitar as Normas Brasileiras de Regulamentação – NBRs, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

6.4.11. Propor à Contratante medidas que visem a economia de combustíveis e também a emissão de gases poluentes.

## **7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da sua proposta, o fornecedor poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, nos horários das 09:00h às 12:00h e das 14:00h às 16:30h, devendo o agendamento ser efetuado previamente por intermédio do e-mail: [colog@mdh.gov.br](mailto:colog@mdh.gov.br) e posteriormente preencher e assinar a declaração de Visita Técnica, Anexo I - Modelo de Decl. de Vistoria.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.2.2. As vistorias, medições e qualquer outra forma de análise do local, correrão por conta da empresa interessada.

7.2.3. Qualquer dúvida poderá ser dirimida dentro do período e horários estabelecidos acima, via e-mail eletrônico, ou por intermédio dos telefones (61) 2027-3748 e/ou 2027-3240.

7.2.4. O fornecedor que realizar a vistoria irá preencher a declaração de vistoria presente no Anexo I - A - Declaração de Vistoria

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. A execução dos serviços será iniciada após assinatura do contrato, na forma que segue:

8.1.1. O objeto deste Termo de Referência refere-se a administração e gerenciamento de frota automotiva, por meio de sistema informatizado e integrador de módulos on-line e tempo real, para fornecimento de combustíveis, óleos, filtros lubrificantes, serviços de guincho, lavagens e borracharia, de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças/materiais junto a rede credenciada de estabelecimentos para atender todas a frota de veículos do MMFDH, considerando além da frota atual disponível, aqueles veículos que possam vir a ser adquiridos ao longo da vigência da contratação, ou que estejam cedidos, transferidos ou que estejam na posse legal do órgão face à necessidade de restar assegurado um contingente adequado de veículos circulante.

8.1.2. A solução contratada deverá atender as cidades da RIDE/DF e/ou raio de até 410km da localização da sede do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em Brasília/DF.

8.1.3. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

8.1.4. A Contratada deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos conveniados (Postos de combustíveis, borracharias, lava jatos, concessionárias, oficinas mecânicas, autopeças e serviços de guincho) em todas as cidades da RIDE/DF e/ou raio de até 410km da localização da sede do Ministério, devendo promover o credenciamento de outros, a pedido da Contratante, sem qualquer ônus a ela, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de prestação de serviços gerais de: abastecimento, mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, lubrificantes, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, lavagens, borracharia, retífica, alinhamento, balanceamento, serviços guincho, de chaveiro, fornecimento de peças e acessórios em geral, observando os critérios estabelecidos neste estudo preliminar, considerando:

8.1.5. **Manutenção Preventiva** - compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo e/ou as recomendações da equipe da Coordenação de Logística do MMFDH.

8.1.5.1. São exemplos de manutenção preventiva:

- I - Troca de pneus, alinhamento e balanceamento de rodas, cambagem;
- II - Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento;
- III - Lubrificação e elementos filtrantes de veículos;
- IV - Reposição de palhetas de limpador, baterias, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança) e extintores, correias de alternador/gerador, etc;
- V - Substituição de itens do motor;
- VI - Limpeza de motor e bicos injetores;
- VII - Regulagens de bombas e bicos injetores;
- VIII - Limpeza, higienização e lavagem de veículos;
- IX - Revisão de fábrica;

8.1.5.2. Outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos ou por orientação da equipe da Coordenação de Logística do MMFDH.

8.1.6. **Manutenção Corretiva ou Pesada** - compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais.

8.1.6.1. São exemplos de manutenção corretiva:

- I - Serviços de retífica de motor;
- II - Serviços no sistema de jogo de embreagens;
- III - Serviços no sistema de câmbio;
- IV - Serviços de instalação elétrica;
- V - Serviços no sistema de injeção eletrônica;

- VI - Capotaria;
- VII - Tapeçaria;
- VIII - Borracharia;
- IX - Chaveiro;
- X - Funilaria e pintura;
- XI - Serviços no sistema de arrefecimento;
- XII - Serviços no sistema de ar-condicionado;
- XIII - Revisão geral e serviços integrantes para atendimento das normas obrigatórias de inspeção ambiental veicular;
- XIV - Reboque de Veículos (Assistência 24 horas) em caso de acidente ou pane, em território nacional.
- XV - Qualquer outro serviço constante no manual dos veículos e/ou equipamentos ou por orientação da equipe da Coordenação de Logística do MMFDH.

8.1.7. A rede credenciada deverá ser suficiente para o pleno atendimento da demanda de serviços de abastecimento e manutenção nas cidades da RIDE/DF e/ou raio de até 410km da localização da sede do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em Brasília/DF, contendo obrigatoriamente, após a assinatura do contrato, o mínimo de 03 (três) estabelecimentos credenciados de postos de combustíveis, autopeças, oficinas mecânicas, concessionárias e serviços de guincho no Distrito Federal.

8.1.8. Os estabelecimentos da rede credenciada, deverão fornecer aos usuários dos serviços, comprovante da transação efetuada, com a descrição dos serviços prestados, dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, da data, bem como identificação da credenciada.

8.1.9. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada, deverão estar plenamente equipadas para prestação de serviços mecânicos automotivos e fornecimento de peças e acessórios automotivos originais.

8.1.10. Os prazos para execução das manutenções/reparos necessários nos veículos, nacionais ou importados, devem ser estabelecidos de comum acordo com a Contratada, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sendo que para a manutenção corretiva o prazo não seja superior a 120 (cento e vinte) horas, a partir da aprovação do orçamento, sem prejuízo a serviços de maior durabilidade, desde que previamente informados ao gestor de base.

8.1.11. A rede credenciada, deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual.

8.1.12. A Contratada se responsabilizará pela execução dos serviços de manutenção através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, seguindo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.

8.1.13. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão confeccionar Check-list, dos itens e acessórios no interior do veículo no momento do recebimento e entrega do mesmo.

8.1.14. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada, deverão proceder à entrega ao usuário as peças substituídas nos veículos, bem como os certificados de garantia e relação de peças utilizadas com marca e modelo.

8.1.15. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada deverão fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:

- a) 12 (doze) meses para as peças substituídas e instaladas nas oficinas conveniadas pela Contratada, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) fatura(s);
- b) 06 (seis) meses para os serviços executados pelas oficinas credenciadas pela Contratada onde não houver utilização de peças, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) fatura(s);

c) Os serviços de manutenção corretiva terão garantia mínima de 12 (doze) meses, exceto alinhamento de direção e balanceamento que terão garantia de 30 (trinta) dias e os serviços de lanternagem e pintura que será de 12 (doze) meses;

8.1.16. As peças utilizadas nos serviços poderão ter garantia diferenciada, desde que seja por um período superior à garantia mínima.

8.1.17. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para o MMFDH, os estabelecimentos credenciados estão obrigados às suas expensas, a:

a) Substituir o material defeituoso;

b) Corrigir defeitos de fabricação;

8.1.18. Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa conveniada, constando orçamento detalhado, através do sistema web da Contratada, e respectiva autorização pelo fiscal designado pela Contratante, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.

8.1.19. Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas oficinas e concessionárias conveniadas, estarão sujeitos à aceitação pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.

8.1.20. Na hipótese prevista no item acima, as oficinas e as concessionárias conveniadas pela Contratada, obrigam-se a fazer os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar estas providências tão logo seja comunicado à Contratada a não aceitação pelo Fiscal do Contrato.

8.1.21. Considerando que, independente dos descontos contratados, uma das metas da Contratada deverá alcançar índices cada vez maiores de economicidade para a Contratante, por meio da busca de orçamentos com valores mais ajustados, negociados e dentro da realidade do mercado.

8.1.22. As oficinas integrantes da rede conveniada deverão ter como limite máximo de preço para peças e acessórios originais que possuam código da montadora (número de peça), os constantes da Tabela de Preço Oficial da montadora do veículo para o qual o material está sendo adquirido.

8.1.23. A Contratante deverá adquirir as peças ou acessórios atentando para o melhor desconto ofertado pela rede conveniada, avaliando-se o custo/benefício.

8.1.24. No caso de comprovada a necessidade de aquisição de peça ou acessório original (material com as mesmas características, especificações e fabricante do que compõe a montagem original do veículo) que não seja contemplada com código da montadora (número de peça) na tabela de Preços Oficial da respectiva montadora, a cotação do menor preço ficará a cargo do fiscal designado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

8.1.25. A fiscalização de preços ficará a cargo do fiscal designado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, devendo a Contratada garantir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço de à vista.

8.1.26. A base do cálculo do preço praticado para prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, alinhamento e balanceamento e outros deverá ser de acordo com o tempo para a execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotados pela montadora de acordo com o modelo do veículo (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço).

8.1.27. Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da Contratada deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a Contratante e tais prestadores de serviço.

8.1.28. A Contratada disponibilizar uma ferramenta que possibilite ao fiscal designado efetuar consulta on-line, tanto à tabela de preços dos fornecedores das peças, quanto à tabela de tempos de mão de obra padrão (Tabela Tempária), conforme informação técnica do Sindicato da Indústria e Reparação de Veículos e Acessórios.

8.1.29. A Contratada tornará disponível o acesso a software, em ambiente web para gerenciamento da frota da Contratante, cadastrando todos os veículos que a integram, sendo considerado como base operacional a Coordenação de Logística do MMFDH, sistema de gerenciamento de serviços, cuja tecnologia possibilite/forneça um perfil mínimo de funcionalidade, conforme o descrito nos itens a seguir:

- a) Abertura de Ordens de Serviço on-line/real time;
- b) Recebimento de orçamento on-line/real time;
- c) Avaliação e aprovação on-line/real time de orçamento de peças, acessórios e serviços;
- d) Cotação de preços de peças, acessórios e serviços on-line/real time;
- e) Acompanhamento on-line do status dos serviços que estiver sendo efetuado;
- f) Sistemas Integrados de Informações na web, permitindo a geração de Relatórios Gerenciais;

8.1.30. A Contratada deverá realizar a Implantação de sistema integrado, em ambiente web, que viabilize a autorização para realização dos serviços de abastecimento, manutenção e reparos, fornecimento de peças e acessórios para os veículos da frota da Contratante junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração.

8.1.31. A efetiva implantação do sistema, deverá dar-se num prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da ordem de execução dos serviços a ser expedida pela Contratante, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentas necessárias à plena utilização dos sistemas web da Contratada pelos servidores autorizados vinculados à Contratante.

8.1.32. Será considerado como USUÁRIO servidores responsáveis pela fiscalização e gerenciamento dos serviços, aos quais a Contratada tornará disponíveis senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação do fiscal designado.

8.1.33. Cada usuário será cadastrado no sistema da Contratada e identificado por características básicas de, no mínimo, nome completo e matrícula.

8.1.34. O sistema deverá realizar o controle informatizado de gestão de frotas possibilitando à Contratada emitir relatórios cadastrais, operacionais, financeiros e gerenciais, que permitam estrito e eficaz acompanhamento da situação de manutenção da frota, da qualidade dos serviços prestados, bem como total dos gastos envolvidos, banco de dados com os históricos dos abastecimentos, serviços executados, despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço.

8.1.35. Fornecimento de relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período pré-estabelecido, extraídos por veículos individuais ou grupos, que possibilitem a análise de gastos discriminados em abastecimento, lavagens, peças e mãos de obra.

8.1.36. Faturamento de nota fiscal com demonstrativo de compra, discriminado valores gastos com abastecimento, lavagens, peças e mãos de obra.

8.1.37. Viabilizar o pagamento dos serviços executados e o fornecimento de peças e acessórios, mediante uso de senha fornecida aos fiscais designados pela administração.

8.1.38. Possibilidade de visualização, transferência e distribuição dos saldos para plataforma do MMFDH e de cada unidade descentralizada no respectivo contrato de abastecimento, manutenção preventiva e corretiva da frota.

8.1.39. O sistema deverá registrar e armazenar todos os dados da vida mecânica do veículo e, a cada operação:

- a) Número de identificação da ordem de serviço;
- b) Número de identificação do cartão ou centro de resultado demandante;
- c) Identificação do veículo (tipo de frota e placas);
- d) Modelo do veículo;
- e) Centro de Custo;
- f) Data e hora dos abastecimentos;
- g) Data e hora de abertura e fechamento da ordem de serviço;
- h) Data e hora de início e fim da manutenção do veículo;
- i) Tipo de serviço (aquisição de peça/ manutenção corretiva/ serviço de guincho);



- j) Identificação do gestor responsável pela aprovação do orçamento (nome e matrícula);
- k) Quilometragem do veículo no momento da execução do serviço;
- l) Descrição dos serviços executados e peças trocadas;
- m) Valor total de mão de obra;
- n) Valor total das peças;
- o) Tempo de garantia do serviço realizados;
- p) Tempo de garantia das peças substituídas;
- q) Valor total da operação;
- r) Descrição sumarizada da operação;
- s) Razão Social, endereço e CNPJ do fornecedor e/ou prestador de serviço;
- t) Número e data das notas fiscais emitidas pelo fornecedor;

8.1.40. Todos os dados acima, deverão estar disponíveis para consulta da Contratante e emissão de relatórios, sendo que, a cada fechamento de período e emissão de nota para pagamento, deverão constar discriminados e separados em relatório de consumo e composição de faturamento.

8.1.41. O sistema deverá emitir relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do abastecimento, das lavagens, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos e de manutenção por veículo e centro de custo.

8.1.42. O histórico das operações deve ser armazenado e de imediata e fácil consulta pela Contratante durante a vigência contratual, bem como, ao término do contrato, deverá ser disponibilizado pela Contratada em planilha eletrônica.

8.1.43. Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter no mínimo, as seguintes informações, sem prejuízo a eventuais alterações e adequações às necessidades da Contratante:

- a) Histórico de abastecimento e manutenção por período, por tipo de veículo, por placa, por tipo de frota, por centro de custo e por estabelecimento comercial, com descrição do valor total de peças e valor total de mão de obra;
- b) Ordem de serviço cadastrada;
- c) Comparativo de valor negociado na ordem de serviço;
- d) Registro de garantia de peças e serviços;
- e) Histórico de orçamentos;
- f) Relatório de custos por tipo de veículo e centro de custo;
- g) Composição de frota, com ano de fabricação, tipo de veículo, modelo de veículo, centro de custo, placas e demais dados de identificação;
- h) Relação completa de discriminada de rede credenciada;
- i) Tempo de imobilização do veículo;
- j) Custo por tipo de manutenção;
- k) Custo global, mensal de abastecimento, serviços e peças;

8.1.44. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de período pré-estabelecido pelo gestor da frota, permitindo comparativos de desempenho, análise de gestão e migração de dados para planilha eletrônica tipo Excel possibilitando a extração de dados com um período mínimo de 12 meses.

8.1.45. Cada veículo será cadastrado no sistema da Contratada e identificado por cartão/chip e características básicas como, por exemplo, placa, tipo, status (ativo ou inativo), capacidade máxima de abastecimento, chassi, tipo de combustível, marca/modelo, versão, motor, fabricante, ano de fabricação e modelo, patrimônio, unidade de lotação, hodômetro, cor, etc.

8.1.46. No ato da utilização dos produtos ou serviços será obrigatória a utilização do cartão/chip ou equipamento semelhante do veículo, que deverá possuir senha individual.

- 8.1.47. A utilização de cartão/chip do usuário será facultativa, contudo, obrigatoriamente, cada usuário deverá ter sua identificação validada por meio de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados, seja online ou offline, sendo de responsabilidade da Contratada a implementação de solução que identifique e iniba, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.
- 8.1.48. As senhas, seja obtenção/recuperação/troca, deverão ser informadas de forma segura e inviolável, de forma imediata, seja por meio de seu site ou de aplicativo, a ser promovida pelo próprio usuário, seja do cartão/chip pessoal, seja de acesso aos sistemas.
- 8.1.49. O condutor, devidamente identificado e validado no momento da operação de fornecimento de combustíveis ou manutenção, será considerado responsável pela respectiva transação.
- 8.1.50. Não será permitido fornecimento de combustíveis ou manutenção de veículos não cadastrados, por responsável não identificado ou previamente autorizado.
- 8.1.51. O sistema deverá possibilitar o bloqueio imediato do uso de qualquer cartão/chip, pelo respectivo gestor, ou ainda quando da comunicação de perda ou extravio ao serviço de suporte técnico.
- 8.1.52. O sistema deverá possibilitar o bloqueio temporário a fim de evitar custos com confecção e emissão de novo cartão/chip.
- 8.1.53. O sistema deverá ter a funcionalidade de solicitação e emissão de segunda via de cartões/chips ou assemelhados.
- 8.1.54. Quando solicitado pela Contratante, a Contratada deverá reemitir anualmente, sem ônus para a Administração, a quantidade de cartões/chips de veículos cadastrados.
- 8.1.55. Quando a substituição de cartões/chips for necessária em razão do desgaste decorrente do seu uso normal, a Contratada deverá providenciar a sua substituição sem ônus para a Contratante.
- 8.1.56. A Contratante desconsiderará possíveis transações efetuadas depois da comunicação de dano físico, perda ou extravio do cartão/chip à Contratada.
- 8.1.57. Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da Contratada e o operador - servidor autorizado do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos mediante opções de execução oferecidas (menus).
- 8.1.58. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento às demandas da Contratante não deverá ser superior a 04 (quatro) horas.
- 8.1.59. O sistema deverá ter ampla rede de postos, lava jatos, borracharias, oficinas e concessionárias conveniadas, em todo o território nacional e em especial em todas as localidades onde houver unidades do MMFDH, equipadas para aceitar transações de usuários do sistema.
- 8.1.60. O sistema web da Contratada deverá promover a otimização e homogeneização das operações de abastecimento e manutenção automotivas realizadas, com o controle sobre todos os veículos e respectivos usuários.
- 8.1.61. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento da solução sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- 8.1.62. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
- 8.1.63. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.1.64. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

## 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. Disponibilizar uma ferramenta que possibilite ao fiscal designado efetuar consulta on-line, tanto à tabela de preços dos fornecedores das peças, quanto à tabela de tempos de mão de obra padrão (Tabela Tempária), conforme informação técnica do Sindicato da Indústria e Reparação de Veículos e Acessórios.

9.1.2. Cartões magnéticos ou micro processados individuais eletrônicos que viabilizam o gerenciamento de informações da frota, sendo um para cada veículo ativo.

## 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de frota automotiva, por meio de sistema web on-line e tempo real, para fornecimento de combustíveis, lavagens/higienização, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças/materiais, mediante intermediação, junto a rede credenciada de estabelecimentos, para atender a frota de veículos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em Brasília/DF.

### 10.1.1. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO SISTEMA DE INFORMAÇÃO:

10.1.2. A Contratada deverá ministrar treinamento inaugural a gestores, fiscais e colaboradores indicados pela Contratante que estarão diretamente envolvidos na utilização do sistema de informação a ser disponibilizado, sem qualquer custo adicional a ser faturado, nos moldes que se seguem:

10.1.3. A Contratada poderá ministrar treinamento in loco, nas dependências do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em local, data e horário a ser combinado com os fiscais de Contrato.

10.1.4. A Contratada poderá ministrar treinamento remotamente, ao vivo, em data e horário a ser combinado com os fiscais de Contrato.

10.1.5. O Treinamento deverá ter estrutura com recursos audiovisuais compatíveis com o evento e instrutor qualificado, compatíveis com o Sistema a ser operado.

10.1.6. O treinamento deverá sanar todas as questões que envolvam qualquer dificuldade que o credenciado possa ter, que inviabilize ou retarde o pronto atendimento à Contratante.

10.1.7. Reforça-se que o horário, data de realização e conteúdo programático da transferência de conhecimento deverão ser previamente alinhados com o gestor nacional de frota, a ser indicado pela Administração.

10.1.8. Carga horária mínima será definida pela CONTRATADA.

10.1.9. Os custos com diárias e passagens dos instrutores participantes ficarão a cargo da Contratante.

10.1.10. A Contratada deverá oferecer treinamento a cada período contratual em moldes equivalentes àqueles definidos no item 10.7, e sempre que houver necessidade, conforme demandado pela Contratante.

10.1.11. Sem prejuízo do acima disposto, quando da alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, o nivelamento de conhecimento poderá ser aplicado por meio de treinamento remoto ou ferramenta eletrônica capaz de suprir necessidade.

10.1.12. A Contratada deverá prestar todo o suporte desde o momento inicial, até a duração do contrato, solucionando todas as questões que envolvam qualquer dificuldade que o credenciado possa ter, que inviabilize ou retarde o pronto atendimento à Contratante, realizando semestralmente pesquisa de satisfação entre os estabelecimentos da rede, que deverá OBRIGATORIAMENTE ser apresentada à Contratante, sob pena de sofrer as sanções cabíveis.

## 10.2. PROPOSTA:

10.2.1. A proposta deverá apresentar planilha discriminativa conforme Anexo II - Modelo de Proposta de Preços e, ainda, conter:

- I - Nome do representante legal da empresa;
- II - Especificações detalhadas do objeto e de todos os seus acessórios, contendo marca, modelo, quantidade e prazo de entrega e de garantia, quando houver;

- III - Valor unitário e total de cada item, bem como valor total da proposta, em moeda nacional, em algarismo e por extenso;
- IV - Prazo de vencimento da proposta, não podendo este ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- V - Dados bancários da empresa, tais como número da conta corrente, agência e nome do banco onde será efetuado o pagamento;
- VI - CNPJ, telefone, endereço e e-mail e
- VII - Declarar que atende aos itens referente a responsabilidade ambiental; e
- VIII - Assinatura do representante responsável.

10.3. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

10.4. A oferta deverá ser precisa e rigorosamente limitada ao objeto deste termo de referência, não contendo alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

10.5. Não será permitida a alteração da proposta após sua apresentação.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

### 13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### 14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a

correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo III - Instrumento de Medição de Resultado - IMR, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços.

16.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 16.2.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## **17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal administrativo após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, no prazo de 24 horas, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Anexo III - Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de referência.

18.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.



18.2.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1. o prazo de validade;

18.4.2. a data da emissão;

18.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.4.4. o período de prestação dos serviços;

18.4.5. o valor a pagar; e

18.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes

Orçamentárias vigente.

18.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I =$	$(6 / 100)$	$I = 0,00016438$
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria

20.10. Será considerada extinta a garantia:

20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## 21. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - **Multa de:**

a) 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

V - A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.

VI - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "IV" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens "I", "III", "IV" e "V" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01

9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da Licitação.

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do contratado, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

- 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são:
- 22.3.1. Comprovação que da Qualificação Técnica, que já executou objeto compatível ao desejado, com apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, no qual conste:
- 22.3.1.1. - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto proposto, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que fique comprovado a execução do serviço de **GERENCIAMENTO DE FROTA, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, MANUTENÇÃO e PEÇA AUTOMOTIVA**, mediante rede credenciada.
- 22.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:
- 22.3.3. A licitante, deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por Órgão ou Entidades da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, ou ainda de empresas privadas, com as características mínimas:
- 22.3.4. Prestação de serviço de administração e gerenciamento de frota, utilizado no abastecimento, lavagens e higienização de frota de veículos;
- 22.3.5. Comprovação de fornecimento de peças para veículos e prestação de serviços de manutenção automotiva.
- 22.3.6. Não será exigido quantitativo mínimo de veículos gerenciados nem prazo mínimo de prestação do serviço no(s) atestado(s) apresentado(s).
- 22.3.7. Serão aceitos atestados que comprovem a prestação do serviço de gerenciamento da manutenção veicular por meio de equipe especializada.
- 22.3.8. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 22.3.8.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 22.3.8.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017
- 22.3.8.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, caso seja solicitado, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 22.3.9. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.
- 22.3.10. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 22.4.1. Valor Global: **R\$ 156.409,51 (cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e nove reais e cinquenta e um centavos).**
- 22.4.2. Valores unitários: conforme proposta de preços anexa ao edital.
- 22.5. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço global**.
- 22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

**23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

23.1. O custo estimado da contratação é de até R\$ 156.409,51 (cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e nove reais e cinquenta e um centavos).

**24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 810005

Fonte de Recursos: 0000 – Administração da Unidade – Despesas Diversas

Programa de Trabalho: 14.122.0032.2000

Elemento de Despesa: 339039 - 25

**25. ANEXOS**

- 25.1. Anexo I - A - Modelo de Decl. de Vistoria;
- 25.2. Anexo I - B - Declaração - Pleno Conhecimento;
- 25.3. Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;
- 25.4. Anexo III - Instrumento de Medição de Resultado - IMR;
- 25.5. Anexo IV - Modelo de Termo de Integridade;
- 25.6. Anexo V - Prazos.

**REINALDO SÉRGIO RODRIGUES**

Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação:  
COLOG/CGL/SOAD/SE/MMFDH

**CLAUDIA SOARES LOPES**

Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação:  
COLOG/CGL/SOAD/SE/MMFDH

**EDNA ALVES DE OLIVEIRA FERREIRA**

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação  
CPL/CGL/SOAD/SDE/MMFDH

**APROVO**, o presente Termo de Referência, mediante competência contida no - inciso I do art. 8º da Portaria 6, de 12 de janeiro de 2021, conforme dispõe o inciso II do art. 14º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

**LORENA FÉRRER C. R. POMPEU**

Subsecretária de Orçamento e Administração

**ANEXO I - A****DECLARAÇÃO DE VISTORIA**



**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento da Frota Automotiva no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH.

Declaramos que, nesta data, compareceu neste Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o representante da empresa \_\_\_\_\_, Sr(a) \_\_\_\_\_, portador do RG ou CPF nº \_\_\_\_\_, para proceder a vistoria relativa ao objeto a ser licitado, tendo tomado conhecimento de todos os dados para realização da respectiva avença. Na ocasião, teve oportunidade de identificar todas as características, condições especiais e dificuldades que porventura possam existir na realização dos Serviços, admitindo, conseqüentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação/estado dos veículos, de modo que não poderá alegar posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato celebrado, caso a empresa seja declarada vencedora:

Visto do Servidor:	Endereço Vistoriado:
Visto do Servidor	Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, Brasília, DF. CEP 70.308-200, Setor Comercial Sul, quadra 09;

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Carimbo e assinatura do(s) servidor(es) do MMFDH, responsável(is) pelo acompanhamento da vistoria

## ANEXO I - B

### DECLARAÇÃO - PLENO CONHECIMENTO

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento da frota automotiva no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH.

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_, CNPJ N°: \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, não teve interesse em realizar a vistoria nos veículos onde serão executados os serviços Objeto do Termo de Referência COLOG (2936315) se responsabilizando por todas as conseqüências por este ato.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

(Assinatura do representante legal ou procurador)

Nome do representante legal ou procurador

(Número da Carteira de Identidade e CPF)

## ANEXO II

## MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PLANILHA PROPOSTA DE PREÇOS									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADO (A)	DESCONTO (B)	VALOR DO DESCONTO (C) = (A x B)	SUBTOTAL ANUAL COM DESCONTO (D) = (A - C)
1	1	25372	Fornecimento de Combustíveis para frota de veículos do MMFDH.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 99.412,57	0,00%	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx
	2	13544	Fornecimento de serviços de lavagem e higienização da frota de veículos do MMFDH.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 19.433,55	0,00%	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx
	3	3565	Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para a frota de veículos do MMFDH.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 33.273,04	0,00%	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx
	4	3565	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do MMFDH, calculada pelo valor da mão de obra/hora	Real	Maior desconto (%)	R\$ 12.025,74	0,00%	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx
TOTAL ANUAL ESTIMADO:						R\$ 164.144,91		R\$ xxxxx	R\$ xxxxx
TOTAL GLOBAL:								R\$ xxxxx (xxxxx Reais)	

I – O serviço somente será realizado sob demanda da Contratante.

II – Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

III - Nos preços apresentados já estão computados todos os custos decorrentes do fornecimento, tais como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamento de pessoal e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, sobre o objeto contratado.

## Dados da empresa:

1. Razão Social:
2. CNPJ (MF) nº:
3. Inscrição Estadual nº:
4. Endereço:
5. Telefone: Fax:
6. CEP: Cidade: Estado:
7. Endereço eletrônico:
8. Representante legal com poderes para assinar o contrato:
9. Qualificação (cargo, RG, CPF):
10. Banco: Conta corrente: Agência:

Local e data

Assinatura do Representante Legal

## ANEXO III

## INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

## 1. FAIXAS DE AJUSTES DE PAGAMENTO

- 1.1. A depender do grau de cada infração, poderão ser descontados os seguintes percentuais:

GRAU	PERCENTUAL	INCIDÊNCIA
1	0,25% - Por ocorrência	Valor do Documento Fiscal
2	0,50% - Por ocorrência	Valor do Documento Fiscal
3	1,00% - Por ocorrência	Valor do Documento Fiscal

- 1.2. As ocorrências apuradas deverão ser anotadas na Tabela de Itens Avaliados, na coluna "Ocorrências".

Contrato nº		Processo Contratual nº:				
Empresa Contratada:		Processo Financeiro nº:				
Período de avaliação: Mensal						
ITEM	META A CUMPRIR	MEDIÇÃO	INCIDÊNCIA	GRAU	OCORRÊNCIAS	TOTAL A DESCONTAR
REDE CREDESCIADA						
1	A empresa deverá credenciar estabelecimentos, conforme solicitação do contratante e no prazo estabelecido em contrato. Caso a contratada não efetue o credenciamento, haverá registro no IMR por ocorrência e por dia de atraso.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência e Por dia	1	0	0,00%

2	A empresa deverá manter a rede credenciada mínima solicitada, nas cidades, no raio e no quantitativo descritos. Havendo identificação de que este item não está sendo cumprido, a contratada será comunicada e haverá registro no IMR por dia.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por dia	1	0	0,00%
3	Os estabelecimentos da rede credenciada, deverão fornecer aos usuários dos serviços, comprovante da transação efetuada. Havendo identificação de que este item não está sendo cumprido, a contratada será comunicada e haverá registro no IMR por ocorrência.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários.	Por ocorrência	1	0	0,00%
4	A empresa deverá solicitar a rede conveniada, proceder com a entrega ao usuário as peças substituídas nos veículos, bem como os certificados de garantia e relação de peças utilizadas com marca e modelo. Havendo identificação de que este item não está sendo cumprido, a contratada será comunicada e haverá registro no IMR por ocorrência.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários.	Por ocorrência	3	0	0,00%
5	A empresa deverá garantir a melhor qualidade possível na prestação de serviços por suas credenciadas. Assim, deverá orientá-las quanto a correta operação do sistema, quanto suas obrigações e prazos necessários para emissão de orçamentos e realização de serviços. Além disso, em seu processo de credenciamento, deverá garantir que as credenciadas cumpram toda a legislação e normas aplicáveis ao seu ramo de atividade. Caso se verifiquem empresas que não cumpram os requisitos, a contratada será comunicada e, para cada situação identificada, será considerada uma ocorrência.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários.	Por ocorrência	2	0	0,00%

6	A empresa deverá manter sua base dados atualizada com as empresas credenciadas. Caso ocorram operações em empresas que constam na base de dados, mas que não estejam mais credenciadas, haverá comunicação para a contratada e, para cada situação identificada, será considerada uma ocorrência.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários.	Por ocorrência	1	0	0,00%
<b>SISTEMA</b>						
7	A empresa deverá disponibilizar sistema em ambiente web e realizar a implantação no prazo e descrições estipulado no contrato. Caso a contratada não forneça o sistema ou a implantação, por ocorrência (operações não realizadas) e por dia de atraso.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários.	Por ocorrência e Por dia	1	0	0,00%
8	A empresa deverá garantir que o sistema esteja em funcionamento sem interrupções. Na eventualidade de o sistema estar indisponível, a empresa deverá fornecer meio alternativo para realização da operação. Caso não seja possível a operação, haverá pontuação no IMR, por ocorrência (operações não realizadas) e por dia de indisponibilidade.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários.	Por ocorrência e Por dia	3	0	0,00%
9	A empresa deverá fornecer treinamento para utilização do sistema, conforme solicitação do contratante. Caso a contratada não forneça os treinamentos solicitados, haverá registro no IMR por dia de atraso.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por dia	2	0	0,00%
10	A empresa deverá possuir suporte técnico para atendimento às demandas do contratante, para solução de todos os eventuais problemas que possam afetar as funcionalidades disponíveis no sistema. Caso a contratada não possua suporte técnico,	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada	Por ocorrência	3	0	0,00%

	ou, mesmo possuindo, que este não seja capaz de solucionar os problemas, haverá registro no IMR, por ocorrência.	pelos usuários.				
<b>COMBUSTÍVEIS</b>						
11	A empresa deverá garantir que os preços praticados pelos postos de combustível credenciados sejam os mesmos dispostos na bomba de combustível (público em geral). Caso existam relatos sobre eventuais acréscimos nos preços para atendimento via plataforma da contratada, estes serão comunicados à contratada e, para cada situação identificada, será considerada uma ocorrência.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários.	Por ocorrência	3	0	0,00%
<b>HIGIENIZAÇÃO DOS VEÍCULOS</b>						
12	A empresa deverá garantir que o veículo apresente ótimo estado de limpeza externa, sem quaisquer vestígios de que serviços mecânicos foram executados, como: cheiro e marcas de graxa, resíduos de óleos ou quaisquer outras substâncias utilizadas no serviço. Havendo identificação de que este item não está sendo cumprido, a contratada será comunicada e haverá registro no IMR por ocorrência.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários.	Por ocorrência	2	0	0,00%
13	A empresa deverá garantir que o veículo apresenta ótimo estado de limpeza interna, inclusive nas latarias da região do motor, sem quaisquer vestígios de que serviços mecânicos foram executados, como: cheiro ou marcas de graxa, resíduos de óleos ou qualquer outras substâncias utilizadas no serviço. Havendo identificação de que este item não está sendo cumprido, a contratada será comunicada e haverá registro no IMR por ocorrência.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários.	Por ocorrência	2	0	0,00%

MÃO DE OBRA						
14	A empresa deverá executar os serviços de manutenção nos prazos e condições estabelecidas no contrato. Caso a contratada não execute os serviços solicitados nos prazos definidos, haverá registro no IMR por dia de atraso.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por dia	2	0	0,00%
FORNECIMENTO DE PEÇAS						
15	A empresa deverá fornecer peças nos valores, nas condições, nos prazos e qualidades descritas no contrato. Caso a contratada não forneça as peças solicitadas nos valores, nas condições, nos prazos e qualidades definidas no contrato, haverá registro no IMR por ocorrência.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato, ou por informação realizada pelos usuários.	Por ocorrência	2	0	0,00%
16	A empresa deverá cumprir as solicitações e determinações da fiscalização/gestão, no que diz respeito às questões contratuais, de forma a respondê-las e/ou solucioná-las no menor tempo possível.	Por meio de constatação do gestor/fiscal do contrato.	Por ocorrência	3	0	0,00%
TOTAL A DESCONTAR DA NOTA FISCAL						0,00%
VALOR DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO						R\$0,00
VALOR A DESCONTAR						R\$0,00
VALOR A SER FATURADO						R\$0,00

1.3. Se o percentual a ser descontado das ocorrências no mês for superior à 20% ou, quando houver 03 (três) apontamentos, consecutivos ou intermitentes, para o mesmo item no período de 12 (doze) meses, além do desconto, poderá ser aberto processo administrativo visando a aplicação das sanções previstas em contrato.

1.4. As deduções indicadas neste anexo somente serão aplicáveis caso as causas do não cumprimento sejam de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA ou de sua rede credenciada.

#### ANEXO IV - MODELO DE TERMO DE INTEGRIDADE

TERMO DE INTEGRIDADE
<p><b>Termo de Integridade e Ética:</b></p> <p>Eu, _____, representante legal da empresa _____, regularmente inscrita no CNPJ sob o n. _____, declaro, para os devidos fins, que a empresa/organização ora qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção.</p> <p>Outrossim, declaro que a empresa envida os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação e se determina de acordo com as melhores práticas do mercado.</p> <p>Reconheço que o que subscrevo é verdade, sob as penas da lei.</p> <p>LOCAL, DATA.</p> <p>Assinatura</p> <p>Cargo</p> <p>CPF</p>

### ANEXO V - PRAZOS

PRAZOS DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	PRAZO
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cadastrar a frota de veículos.</li> <li>- Cadastrar condutores (usuários do cartão).</li> <li>- Definir logística de rede de estabelecimentos credenciados.</li> <li>- Credenciar os estabelecimentos previstos no Termo de Referência</li> <li>- Fornecer a Contratante dados cadastrais da rede credenciada.</li> <li>- Fornecer cartões para os veículos, se for o caso.</li> <li>- Fornecer cartões e/ou senhas para os usuários, se for o caso.</li> </ul>	<p><b>30 DIAS</b> CONTADOS DA DATA DA ENTREGA DA LISTAGEM DE VEÍCULOS PELA CONTRATANTE</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitar às partes envolvidas no gerenciamento, observado o item Treinamento do Termo de Referência.</li> <li>- Oferecer treinamento de reciclagem a cada período contratual em moldes equivalentes àqueles definidos ou sempre que a Contratante, justificada e formalmente, assim o demandar.</li> </ul>	<p><b>15 DIAS</b> A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO A cada 12 meses, ou a partir do pedido formal da Contratante. Justificado o pedido, a Contratada terá 15 dias para ministrar o treinamento de reciclagem.</p>



- Atender pedidos de cadastramento de novos estabelecimentos, independentemente de justificativa.	<b>15 DIAS</b> CONTADOS DA DATA DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO.
- Apresentar justificativa escrita para o fiscal/gestor do contrato, quando não for possível credenciar um estabelecimento.	<b>15 DIAS</b> CONTADOS DA DATA DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO.
- Fornecer a relação da rede credenciada atualizada.	<b>A CADA 30 DIAS.</b>
- Cadastrar novo veículo ou usuário após sistema implantado.	A partir da demanda, 02 DIAS.
- Entrega de cartão de veículo ou usuário reemitido (2ªVIA), quando existir cartão.	No máximo 05 DIAS úteis após a solicitação.
- Prover respostas às demandas dos fiscais: - Respostas informais (e-mail, telefone, etc). - Respostas formais (Ofício).	<b>24 horas</b> No máximo 05 DIAS úteis após o recebimento do Ofício.
- Apresentação de orçamento pelo credenciado.	<b>Até 02 dias úteis, contados a partir da hora do pedido do fiscal, registrado no orçamento.</b>
- Negociação e aprovação do orçamento por parte da Contratada, disponibilizando-o para aprovação do fiscal.	<b>Até 02 dias úteis, contados a partir da hora do lançamento do orçamento no sistema, pelo estabelecimento credenciado.</b>
- Execução do orçamento aprovado.	<b>Até 01 dia útil a partir da aprovação, nos casos de serviços corriqueiros, podendo atingir, para demais serviços, até 5 dias úteis, após o que deverá ser apresentada justificativa.</b> <b>Obs: Casos específicos deverão ser analisados de acordo com o problema apresentado.</b>



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Sérgio Rodrigues, Fiscal Técnico(a)**, em 21/07/2022, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Fernandes da Silva, Coordenador(a)-Geral de Logística**, em 21/07/2022, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Ferrer Cavalcanti Randal Pompeu, Subsecretário(a) de Orçamento e Administração**, em 25/07/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3074780** e o código CRC **1AF4B1D1**.





3041896

00135.208565/2022-21



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
DIVISÃO DE CONTRATOS**

SCS Quadra 09 - Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre-A, 10º Andar  
Brasília, DF, CEP 70308-200. - <http://www.mdh.gov.br>

**MINUTA DE CONTRATO 1 - DICON/CCGA/CGL/SOAD/SE/MMFDH**

\* MINUTA DE DOCUMENTO

**MINUTA**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº**  
**...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR**  
**INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA**  
**E DOS DIREITOS HUMANOS E A EMPRESA**  
.....

A União, representada pelo **MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS**, por intermédio da **SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**, com sede no Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, 10º andar, Torre A, CEP 70308-200, na cidade de Brasília/ DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 27.136.980/0008-87, neste ato representado pela Subsecretária de Orçamento e Administração, Senhora **LORENA FERRER CAVALCANTI RANDAL POMPEU**, matrícula SIAPE nº 1097697, designada por meio da Portaria nº 147, de 26 de fevereiro de 2021, publicada na Seção 2, do Diário Oficial da União - DOU, de 1º de março de 2021, por subdelegação de competência fixada na Portaria nº 6, de 12 de janeiro de 2021, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União - DOU de 14 de janeiro de 2021, doravante denominada **CONTRATANTE** e a **empresa XXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ **XXXXXXXXXXXXXX**, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXXXXXXXXXXXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº 00135.208565/2022-21, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão xxxxxxxx, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de administração e gerenciamento de frota automotiva, por meio de sistema informatizado e integrador de módulos, on-line e tempo real, para fornecimento de combustíveis, óleos, filtros lubrificantes, serviços de guincho, lavagens e de borracharia, de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças/materiais, mediante intermediação, junto a rede credenciada de estabelecimentos, para atender a frota de veículos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADO (A)	DESCONTO (B)	VALOR DO DESCONTO (C) = (A x B)	SUE DE
1	1	Fornecimento de Combustíveis para frota de veículos do MMFDH.	Real	R\$ 84.845,44	4,48%	XXXXXXXXXX	
	2	Fornecimento de serviços de lavagem e higienização da frota de veículos do MMFDH.	Real	R\$ 15.581,60	5,19%	XXXXXXXXXX	
	3	Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para a frota de veículos do MMFDH.	Real	R\$ 26.143,10	4,88%	XXXXXXXXXX	
	4	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do MMFDH, calculada pelo valor da mão de obra/hora	Real	R\$ 9.448,80	5,40%	XXXXXXXXXX	
<b>TOTAL ANUAL ESTIMADO :</b>				<b>R\$ 136.018,94</b>		XXXXXXXXXX	
<b>TOTAL GLOBAL</b>						<b>R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX)</b>	

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contados da assinatura do Instrumento Contratual, no valor de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. indenizações e multas.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento da solução sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do

Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEI ANTICORRUPÇÃO

13.1. As partes CONTRATANTES/CELEBRANTES DO CONTRATO comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) - promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000; a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) - promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002; e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) - promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.

13.2. A CONTRATADA, declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013.

13.2.1. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante ao CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

13.2.2. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa - PAR, nos termos do Decreto nº 8.420/2015 e Instrução Normativa CGU nº 13/2019, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II - Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.

13.2.3. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - A CONTRATADA obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### 17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

17.1. É eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado e, depois de lido e achado em ordem, disponibilizado por meio eletrônico através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, assinado pelas partes abaixo.

**LORENA FERRER C. R. POMPEU**  
Subsecretária de Orçamento e Administração  
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos  
Contratante

**XXXXXXXX**  
Representante Legal  
**XXXXXXXXXXXX**  
Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Jerusa Soares de Moraes, Chefe de Divisão**, em 27/06/2022, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3041896** e o código CRC **ADA7E680**.



3041902



00135.208565/2022-21



## MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

## MINUTA

## DECLARAÇÃO - LEI ANTICORRUPÇÃO.

Eu, xxxxxxxxxxxx, representante legal da xxxxxxxxxxxxxxxx, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, declaro, para os devidos fins, que a empresa/organização ora qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção.

Outrossim, declaro que a empresa/entidade envia os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação, pautando suas atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao combate de desvios éticos e de integridade.

Reconheço que o que subscrevo é verdade, sob as penas da lei.

xxxxxxxxxxxxxxxxxx  
Representante Legal  
empresa xxxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **Jerusa Soares de Moraes, Chefe de Divisão**, em 27/06/2022, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3041902** e o código CRC **9AED9426**.

# Estudo Técnico Preliminar - 8/2022

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 00135.208565/2022-21

## 2. Descrição da necessidade

Preambularmente, cumpre destacar que este Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH possui frota com 11 veículos oficiais próprios, utilizados diariamente por todas as Unidades deste Ministério, como o deslocamento da Ministra Cristiane Rodrigues Britto, que após sua nomeação a frota de veículos de representação do Ministério passou a atender suas necessidades de locomoção, visto que, a ministra anterior Damares Regina Alves utilizava os veículos da Polícia Rodoviária Federal (PRF), é realizado por meio dos veículos comuns o deslocamento dos servidores a serviço, seja entre os edifícios nos quais se localizam as Secretarias, que se dividem entre 4 (quatro) endereços do Distrito Federal, seja para comparecer nos eventos da agenda de trabalho e não seja viável ou vantajoso realizar a viagem de avião, é realizado também por meio dos veículos comuns o transporte dos mais variados materiais e equipamentos do Ministério.

Dessa forma, a rotina diária dos veículos demandam controle de abastecimento e limpeza, manutenção preventiva e corretiva, incluindo a reposição de peças, acessórios e outros materiais desgastados pelo uso.

A propósito, destaca-se a obrigação da administração pública federal de conservar o patrimônio público, que no caso em tela refere-se a manter os veículos em perfeitas condições de uso a qualquer tempo, visto se tratarem de itens essenciais à realização de apoio às atividades fins e administrativas, permitindo otimizar o fluxo dos trabalhos, com controle e agilidade.

Por essa razão, urge a necessidade de mão de obra especializada, considerando que este Ministério não dispõe de colaboradores especializados em mecânica em seu quadro de funcionários, tampouco possui instalações, equipamentos ou ferramentas necessárias à manutenção, ao abastecimento e ao reparo dos veículos. Tais providências não se tratam de mero capricho, uma vez que decorrem das determinações impostas pelo Código de Trânsito Brasileiro, Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e das Resoluções do CONTRAN 941/2022 e 912/2022, que estabelecem parâmetros para a conservação dos veículos em circulação no Território Nacional.

Ademais, a contratação em tela não se restringe unicamente à controle de abastecimento e manutenção automotiva em geral, mas abarca, simultaneamente, o controle padronizado sobre os serviços contratados, demandando administração e gerenciamento dos serviços mencionados, o que requer servidores dotados de qualificação técnica e gerencial para um acompanhamento sistemático, para o qual também não há previsão de cargo neste MMFDH, sendo imperiosa a contratação de uma assessoria técnica para um suporte adequado ao gestor. Tal medida visa atingir melhores resultados com menor dispêndio de recursos públicos.

Nesse compasso, uma rede de estabelecimentos credenciados, capacitados a fornecer combustíveis e derivados, mão de obra especializada e peças/acessórios/materiais oportunos ao pronto restabelecimento dos veículos aos seus postos de trabalho, trará benefícios de forma a maximizar suas ações.

Importante ainda salientar que a contratação pretendida visa contemplar todos os materiais e serviços relacionados com a complexidade que envolve manter cada veículo disponível, já que desde a chave de ignição, as lâmpadas, o pneu, a lataria, o serviço de guincho, de blindagem automotiva, até a identificação visual de cada veículo, seja com pintura convencional, seja por meio de adesivagem e/ou envelopamento, fazem parte do conjunto de fatores que contribuem para que o veículo esteja, não só em perfeito funcionamento, mas em correta caracterização e funcionalidade.

Por essa razão a contratação em tela, não se restringe unicamente à prestação de serviços de fornecimento de combustíveis e derivados ou de manutenção automotiva em geral. Trata-se em obter um controle padronizado sobre os serviços contratados visando o aumento da eficiência no tocante à abastecimento e manutenção dos veículos utilizados no cumprimento das atribuições do MMFDH.

Ademais, em apoio as atividades desempenhadas pela Divisão de Serviços Gerais, a contratação pretendida propiciará maior qualidade na gestão de informações sobre a frota.

Outrossim, cabe registrar que o vencimento da vigência do Contrato nº 02/2017 (0330555), firmado com a empresa TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A, para prestação de serviços de abastecimento, manutenção e limpeza dos veículos pertencentes à frota própria deste MMFDH, se findará em 20 de setembro de 2022, não podendo ser mais prorrogado.

Portanto, considerando a premente necessidade de conservação da frota de veículos deste Ministério, com a consequente adoção de medidas que facilitem o gerenciamento dos serviços prestados para sua manutenção e uso, resta evidenciada a imprescindibilidade da realização do presente certame licitatório.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Serviços Gerais	Claudia Soares Lopes

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Serviços continuados, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

- Atendimento das demandas de fornecimento de combustíveis.
- Atendimento das demandas de lavagens e higienização.
- Atendimento das demandas de fornecimento de peças.
- Atendimento das demandas de manutenção.
- Atendimento aos prazos estabelecidos.
- Nível de serviço adequado ao contratado.
- Implementação de sistema informatizado de controle na web, para monitoramento dos serviços realizados.

A empresa Contratada deve disponibilizar sistema com tecnologia a ser implementada constituído em um modelo de gestão integrado a um sistema de pagamento do abastecimento e da manutenção dos veículos, sendo que os veículos do Contratante terão seu próprio cartão magnético ou micro processado.

O sistema e sua operacionalização devem funcionar nos seguintes moldes:

- Os cartões magnéticos ou micro processados são cartões individuais eletrônicos que viabilizam o gerenciamento de informações da frota, sendo um para cada veículo ativo;
- Permitir a identificação do usuário, com senha pessoal por condutor, de maneira a possibilitar o efetivo controle sobre as transações efetuadas evitando transações indevidas;
- O sistema de gerenciamento integrado online deve possibilitar a emissão de relatórios gerenciais dos abastecimentos e das manutenções realizadas;
- O sistema deverá ser compatível com os padrões de tecnologia utilizados pela Contratante, devendo a Contratada comunicar-se com a fiscalização ou gestão do contrato da Contratante para obter detalhes técnicos para disponibilizar um sistema compatível com as tecnologias utilizadas pela Contratante;
- O investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação dos equipamentos de leitura, gravação e transmissão de dados, cartões (1ª via), credenciamento da rede de empresas fornecedoras, administradoras de cartão de pagamento, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação, serão por conta da Contratada sem ônus para a Contratante.
- A Contratada deve garantir que a rede credenciada fornecerá os seguintes combustíveis: gasolina comum, etanol comum, óleo diesel S-10, e outros combustíveis compatíveis com os veículos da frota da Contratante.
- A Contratada deve garantir que a rede credenciada fornecerá serviços de lavagem automotiva ecologicamente sustentável com vistas a preservação dos recursos hídricos.
- No caso dos serviços de manutenção veicular preventiva e corretiva os cartões utilizados para estes serviços não terão sua aprovação através das máquinas de cartões, e sim, pelo fluxo de aprovação do sistema de gestão de frotas da Contratada.
- A Contratada deverá comprovar, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação do contrato no Diário Oficial da União, por meio de documentos idôneos, que possui a rede credenciada/habilitada para prestação dos serviços.
- A Contratada deve responsabilizar-se por eventuais danos que possam ocorrer com os veículos oficiais da Contratante em quaisquer dos estabelecimentos de sua rede credenciada quando da prestação de serviços a estes veículos.



Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

- A Contratada deverá detalhar e repassar, conforme orientação do MMFDH, todo o conhecimento técnico utilizado na implementação dos serviços, sem prejuízo da devida atualização da base de conhecimento ao longo de toda a execução contratual;
- A transferência de conhecimento para o MMFDH, no uso das soluções desenvolvidas pela Contratada, deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para a Contratante, em eventos específicos de transferência de conhecimento, e baseado em documentos técnicos e manuais específicos da solução desenvolvida;
- A Contratada deverá descrever a metodologia que será utilizada para transferir conhecimento aos técnicos do MMFDH, os quais poderão ser multiplicadores a outros técnicos ou a usuários finais. A metodologia, os cronogramas e os prazos deverão constar de um documento formal, um Plano de Transferência do Conhecimento, a ser previamente aprovado pela equipe gestora do MMFDH.
- Caso ocorra nova licitação, com mudança de fornecedor dos serviços, a Contratada signatária do contrato em fase de expiração, assim considerado o período dos últimos 03 (três) meses de vigência, deverá repassar para a vencedora do novo certame, por intermédio de eventos formais, os documentos, procedimentos e conhecimentos necessários à continuidade da prestação dos serviços, incluindo a base de conhecimentos, bem como esclarecer dúvidas a respeito de procedimentos no relacionamento entre o MMFDH e a nova Contratada (Ajustada a demanda do Ministério).

A Contratada deverá apresentar declaração que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

- Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação da participação de empresas em “consórcio” neste certame.

## 5. Levantamento de Mercado

O modelo de contratação buscado nesse estudo técnico é um aprimoramento do modelo contratado atualmente. Inúmeros são os órgãos contratantes desses sistemas, razão pela qual, além dos atuais contratos vigentes nesse objeto, todos os registros de contratação similar no serviço público, até o momento, foram analisados e levados em consideração.

Para o atendimento das necessidades apresentadas, o quadro abaixo relaciona as soluções possíveis para o atendimento:

Solução	Solução 01	Solução 02	Solução 03
Descrição	Contratação de empresa especializada no gerenciamento de abastecimento e manutenção preventiva e corretiva de veículo.	Aquisição de Combustíveis e serviços de manutenção mediante pregão eletrônico:  - 01 (um) único posto responsável pelo abastecimento;  - 01 (uma) única oficina responsável pelos reparos.	Aquisição de Combustíveis e manutenção da frota dos veículos diretamente nos Postos mediante Suprimento de Fundos.
Viabilidade	Viável	Viável	Inviável
Justificativa	Possível, considerando o modelo atual utilizado pelo Ministério.	Possível, mediante pregão eletrônico, porém não atende de forma plena as demandas deste Ministério.	Os quantitativos estimados para a presente contratação encontram-se fora dos limites máximos estimados para o Suprimento de Fundos.

### 1- Contratação de empresa especializada no gerenciamento de abastecimento e manutenção preventiva e corretiva de veículo:

Sua forma de execução, basicamente, consiste de uma empresa que efetua a intermediação dos serviços, por meio do credenciamento de empresas prestadoras de serviços em uma plataforma disponível ao usuário.

O principal foco é a contratação de uma solução completa para gestão de frotas, por meio de empresa intermediadora que possua empresas credenciadas as quais prestem todos os serviços necessários para que os veículos estejam em perfeitas condições de rodagem. Assim, em sua maioria, os estabelecimentos credenciados são postos de combustível e oficinas mecânicas, já que são os serviços mais demandados. No entanto, com frequência, também existem outros prestadores de serviços possíveis de serem utilizados dentro da plataforma, os quais cumprem a mesma finalidade, como empresas de vidros automotivos, chaveiros, latoeiros, pintores, despachantes, empresas especializadas em baús e carrocerias de veículos de carga, dentre outros, a depender da empresa intermediadora.

Por não possuírem limites geográficos, normalmente, as empresas do ramo possuem rede credenciada em diversos estados e cidades, bem como, há a possibilidade de expansão dessa rede credenciada, o que vem a ser benéfico a este Ministério.

Esse novo paradigma substitui a tradicional contratação direta com os prestadores dos serviços de manutenção de veículos. Adota-se sistema centralizado em uma só empresa gerenciadora, possibilitando que pequenos estabelecimentos, inclusive em cidades do interior, possam credenciar-se junto à empresa gerenciadora contratada pela Administração, o que lhes ensinará prestar serviços cujo acesso era antes inviável.

#### **Vantagens:**

- a) Gerenciamento de logística por empresa especializada em gestão a propiciar presumível ganho de eficiência;
- b) Menor custo administrativo, considerando que a solução está apenas em um contrato, diminuindo a quantidade de certames e de fiscalização/gestão contratual;
- c) Possibilidade de negociação de preços, uma vez que há vários prestadores de serviços, podendo haver o registro e a motivação para a escolha da proposta mais vantajosa;
- d) Maior capilaridade dos serviços disponíveis, considerando que há possibilidade de cadastramento de prestadores de serviços em qualquer região;
- f) Redução, ou mesmo supressão, do uso constante de suprimentos de fundos para fazer frente a despesas com manutenção de veículos, em localidades não alcançadas pela única oficina prestadora dos serviços.
- g) Fornece relatórios gerenciais, ferramentas úteis para o efetivo controle pelo gestor público da execução dos contratos administrativos.

#### **Desvantagens:**

- a) Possibilidade de utilização de vários credenciados, no âmbito da gestão contratual, apenas uma empresa é a contratada, sendo assim, em eventuais problemas no contrato, todos os serviços serão afetados.

Das soluções encontradas no mercado, **essa é que possui mais vantagens**, bem como, possibilita à Administração um melhor controle sobre a gestão da frota.

## **2- Aquisição de Combustíveis e serviços de manutenção mediante pregão eletrônico:**

Modelo aquele em que a Administração contrata uma única oficina e Posto para a manutenção de sua frota e abastecimento. Ressalta-se que, até o ano de 2016, as contratações eram feitas assim, no entanto havia vários problemas.

Abaixo segue análise das vantagens e desvantagens do modelo:

#### **Vantagens:**

- a) Dependência de um único prestador de serviço, como as contratações são individualizadas, havendo algum problema na contratação de fornecimento de combustível, por exemplo, o contrato de manutenção não seria afetado.

#### **Desvantagens:**

- a) Dependendo do porte da frota existente no órgão, da natureza de suas atividades, da frequência dos deslocamentos para outros municípios e estados da federação, do número de registros de consertos em outras localidades não são atendidas pelo contrato existente, necessita de aquisição mediante suprimento de fundos;
- b) Falta de opções para negociação de preços, pois somente uma empresa presta o serviço, então os preços são previamente cadastrados, não havendo formas de baratear o custo, por mais que houvessem empresas com preços menores;

- c) Extrema dependência de um único prestador de serviço, já que, se a empresa passasse por problemas, não havia como executar o serviço em outra;
- d) Modelo não disponibiliza relatórios interativos com informações dos veículos, o que exige dos servidor responsável uma dedicação maior para gestão e acompanhamento do Contrato.

Verifica-se que, apesar da solução já ter sido utilizada outrora, possui várias desvantagens, de modo que, com a evolução dos procedimentos e com a tecnologia atualmente utilizada, tal modelo se mostra obsoleto, ou aplicável somente nos casos onde os veículos se deslocam apenas dentro de um único município, realidade esta que não é a do MMFDH.

Então, em que pese ser uma solução possível de ser utilizada, **não é a que atende de forma plena** as demandas deste Ministério.

### **3- Aquisição de Combustíveis e manutenção da frota dos veículos diretamente nos Postos mediante Suprimento de Fundos:**

Analisando o cenário quanto a possibilidade da aquisição mediante Suprimento de fundos, de modo a atender as especificações e quantidades compatíveis as necessidades do MMFDH, ou seja, aquisição de combustível, serviço de higienização, manutenção e fornecimento de peças realizados por postos de combustíveis e oficinas, com pagamento por meio de cartão micro processado (com chip ou magnético), para abastecimento e manutenção da frota do Ministério, por meio de rede credenciada, podemos destacar como vantagens e desvantagens:

#### **Vantagens:**

- a) Possibilidade de se atingir os melhores valores para aquisição do objeto, visto que a aquisição de bens e serviços por meio de Suprimento de fundos possibilita a Administração Pública alcançar melhor proposta para aquisição, considerando a ampla concorrência e a existência de empresas que teriam interesse em realizar o atendimento com esse fim.
- b) Capacidade da Administração exercer seu poder de fiscalização no processo de compra quanto aos objetos a serem entregues após a contratação, assegurando uma melhor qualidade do serviço a ser prestado.

#### **Desvantagens:**

- a) Aquisição por meio de Suprimento de fundos acarreta como consequência a necessidade da administração em prover meios para que o objeto adquirido atinja seu fim, qual seja, a distribuição de combustível ou manutenção dos veículos nas mais diversas necessidades do MMDFH, possivelmente gerando um alto número de contratos. Para isso, a de ser providenciado pelo órgão licitante os procedimentos logísticos de distribuição, acompanhamento e entrega do objeto contratado, o que pode gerar custos adicionais à administração;
- b) Outro ponto a ser destacado como desvantagem é a dificuldade para a administração em fiscalizar a capilaridade que a contratação requer;
- c) O quantitativo estimado para abastecimento e manutenção da frota dos veículos do Ministério encontra-se fora dos limites máximos permitidos para aquisição mediante suprimento de fundos.

Portanto, entendemos ser **Inviável** a utilização deste cenário para atendimento à demanda, ora apresentada.

#### **Da Escolha da Solução:**

Diante das características levantadas por cada solução, considerando os pontos positivos e negativos de cada uma delas, se mostra mais vantajoso para a administração a solução **01- Contratação de empresa especializada no gerenciamento de abastecimento e manutenção preventiva e corretiva de veículo.**

Por conseguinte, cumpre salientar que as especificações observam dentre outros os princípios da moralidade e razoabilidade buscando o melhor detalhamento não restringindo de forma alguma a competitividade, haja vista que as especificações limitam-se a atender as necessidades do Ministério evitando o desperdício de recursos públicos.

No campo da economicidade, a contratação de empresa de gerenciamento de abastecimento e manutenção preventiva e corretiva de veículo pode ter sua duração estendida para além do exercício financeiro, afastando, com isso, a necessidade de realizar-se licitação a cada exercício financeiro.

## 6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de frota automotiva, por meio de sistema informatizado e integrador de módulos on-line e tempo real, para fornecimento de combustíveis, óleos, filtros lubrificantes, serviços de guincho, lavagens e de borracharia, de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças /materiais, mediante intermediação, junto a rede credenciada de estabelecimentos, para atender a frota de veículos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em Brasília/DF.

A solução contratada deverá atender as cidades da RIDE/DF e/ou raio de até 410km da localização da sede do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em Brasília/DF.

Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

A Contratada deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos conveniados (Postos de combustíveis, borracharias, lava jatos, concessionárias, oficinas mecânicas, autopeças e serviços de guincho) em todas as cidades da RIDE/DF e/ou raio de até 410km da localização da sede do Ministério, devendo promover o credenciamento de outros, a pedido da Contratante, sem qualquer ônus a ela, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de prestação de serviços gerais de: abastecimento, mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, lubrificantes, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, lavagens, borracharia, retífica, alinhamento, balanceamento, serviços guincho, de chaveiro, fornecimento de peças e acessórios em geral, observando os critérios estabelecidos neste estudo preliminar, considerando:

**Manutenção Preventiva** - compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo e/ou as recomendações da equipe da Coordenação de Logística do MMFDH.

São exemplos de manutenção preventiva:

- Troca de pneus, alinhamento e balanceamento de rodas, cambagem;
- Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento;
- Lubrificação e elementos filtrantes de veículos;
- Reposição de palhetas de limpador, baterias, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança) e combate a incêndios, correias de alternador/gerador, etc;
- Substituição de itens do motor;
- Limpeza de motor e bicos injetores;
- Regulagens de bombas e bicos injetores;
- Limpeza, higienização e lavagem de veículos;
- Revisão de fábrica;

Outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos ou por orientação da equipe da Coordenação de Logística do MMFDH.

**Manutenção Corretiva ou Pesada** - compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais.

São exemplos de manutenção corretiva:

- Serviços de retífica de motor;
- Serviços no sistema de jogo de embreagens;
- Serviços no sistema de câmbio;
- Serviços de instalação elétrica;
- Serviços no sistema de injeção eletrônica;
- Capotaria;
- Tapeçaria;
- Borracharia;
- Chaveiro;
- Funilaria e pintura;
- Serviços no sistema de arrefecimento;
- Serviços no sistema de ar-condicionado;
- Revisão geral e serviços integrantes para atendimento das normas obrigatórias de inspeção ambiental veicular;
- Reboque de Veículos (Assistência 24 horas) em caso de acidente ou pane, em território nacional.

- Qualquer outro serviço constante no manual dos veículos e/ou equipamentos ou por orientação da equipe da Coordenação de Logística do MMFDH.

A rede credenciada deverá ser suficiente para o pleno atendimento da demanda de serviços de abastecimento e manutenção nas cidades da RIDE/DF e/ou raio de até 410km da localização da sede do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em Brasília/DF, contendo obrigatoriamente, após a assinatura do contrato, o mínimo de 03 (três) estabelecimentos credenciados de postos de combustíveis, autopeças, oficinas mecânicas, concessionárias e serviços de guincho no Distrito Federal.

Os estabelecimentos da rede credenciada, deverão fornecer aos usuários dos serviços, comprovante da transação efetuada, com a descrição dos serviços prestados, dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, da data, bem como identificação da credenciada.

As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada, deverão estar plenamente equipadas para prestação de serviços mecânicos automotivos e fornecimento de peças e acessórios automotivos originais.

Os prazos para execução das manutenções/reparos necessários nos veículos, nacionais ou importados, devem ser estabelecidos de comum acordo com a Contratada, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sendo que para a manutenção corretiva o prazo não seja superior a 120 (cento e vinte) horas, a partir da aprovação do orçamento, sem prejuízo a serviços de maior durabilidade, desde que previamente informados ao gestor de base.

A rede credenciada, deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual.

A Contratada se responsabilizará pela execução dos serviços de manutenção através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, seguindo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.

As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão confeccionar Check-list, dos itens e acessórios no interior do veículo no momento do recebimento e entrega do mesmo.

As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada, deverão proceder à entrega ao usuário as peças substituídas nos veículos, bem como os certificados de garantia e relação de peças utilizadas com marca e modelo.

As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada deverão fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:

- 12 (doze) meses para as peças substituídas e instaladas nas oficinas conveniadas pela Contratada, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) fatura(s);
- 06 (seis) meses para os serviços executados pelas oficinas credenciadas pela Contratada onde não houver utilização de peças, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) fatura(s);
- Os serviços de manutenção corretiva terão garantia mínima de 12 (doze) meses, exceto alinhamento de direção e balanceamento que terão garantia de 30 (trinta) dias e os serviços de lanternagem e pintura que será de 12 (doze) meses;

As peças utilizadas nos serviços poderão ter garantia diferenciada, desde que seja por um período superior à garantia mínima.

Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para o MMFDH, os estabelecimentos credenciados estão obrigados às suas expensas, a:

- Substituir o material defeituoso;
- Corrigir defeitos de fabricação;

Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa conveniada, constando orçamento detalhado, através do sistema web da Contratada, e respectiva autorização pelo fiscal designado pela Contratante, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.

Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas oficinas e concessionárias conveniadas, estarão sujeitos à aceitação pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.

Na hipótese prevista no item acima, as oficinas e as concessionárias conveniadas pela Contratada, obrigar-se-ão a fazer os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar estas providências tão logo seja comunicado à Contratada a não aceitação pelo Fiscal do Contrato.

Considerando que, independente dos descontos contratados, uma das metas da Contratada deverá alcançar índices cada vez maiores de economicidade para a Contratante, por meio da busca de orçamentos com valores mais ajustados, negociados e dentro da realidade do mercado.

As oficinas integrantes da rede conveniada deverão ter como limite máximo de preço para peças e acessórios originais que possuam código da montadora (número de peça), os constantes da Tabela de Preço Oficial da montadora do veículo para o qual o material está sendo adquirido.

A Contratante deverá adquirir as peças ou acessórios atentando para o melhor desconto ofertado pela rede conveniada, avaliando-se o custo/benefício.

No caso de comprovada a necessidade de aquisição de peça ou acessório original (material com as mesmas características, especificações e fabricante do que compõe a montagem original do veículo) que não seja contemplada com código da montadora (número de peça) na tabela de Preços Oficial da respectiva montadora, a cotação do menor preço ficará a cargo do fiscal designado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A fiscalização de preços ficará a cargo do fiscal designado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, devendo a Contratada garantir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço de à vista.

A base do cálculo do preço praticado para prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, alinhamento e balanceamento e outros deverá ser de acordo com o tempo para a execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotados pela montadora de acordo com o modelo do veículo (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço).

Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da Contratada deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a Contratante e tais prestadores de serviço.

A Contratada disponibilizar uma ferramenta que possibilite ao fiscal designado efetuar consulta on-line, tanto à tabela de preços dos fornecedores das peças, quanto à tabela de tempos de mão de obra padrão (Tabela Tempária), conforme informação técnica do Sindicato da Indústria e Reparação de Veículos e Acessórios.

A Contratada tornará disponível o acesso a software, em ambiente web para gerenciamento da frota da Contratante, cadastrando todos os veículos que a integram, sendo considerado como base operacional a Coordenação de Logística do MMFDH, sistema de gerenciamento de serviços, cuja tecnologia possibilite/forneça um perfil mínimo de funcionalidade, conforme o descrito nos itens a seguir:

- Abertura de Ordens de Serviço on-line/real time;
- Recebimento de orçamento on-line/real time;
- Avaliação e aprovação on-line/real time de orçamento de peças, acessórios e serviços;
- Cotação de preços de peças, acessórios e serviços on-line/real time;
- Acompanhamento on-line do status dos serviços que estiver sendo efetuado;
- Sistemas Integrados de Informações na web, permitindo a geração de Relatórios Gerenciais;

A Contratada devesse realizar a Implantação de sistema integrado, em ambiente web, que viabilize a autorização para realização dos serviços de abastecimento, manutenção e reparos, fornecimento de peças e acessórios para os veículos da frota da Contratante junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração.

A efetiva implantação do sistema, deverá dar-se num prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da ordem de execução dos serviços a ser expedida pela Contratante, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentas necessárias à plena utilização dos sistemas web da Contratada pelos servidores autorizados vinculados à Contratante.

Será considerado como USUÁRIO servidores responsáveis pela fiscalização e gerenciamento dos serviços, aos quais a Contratada tornará disponíveis senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação do fiscal designado.

Cada usuário será cadastrado no sistema da Contratada e identificado por características básicas de, no mínimo, nome completo e matrícula.

O sistema deverá realizar o controle informatizado de gestão de frotas possibilitando à Contratada emitir relatórios cadastrais, operacionais, financeiros e gerenciais, que permitam estrito e eficaz acompanhamento da situação de manutenção da frota, da qualidade dos serviços prestados, bem como total dos gastos envolvidos, banco de dados com os históricos dos abastecimentos, serviços executados, despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço.

Fornecimento de relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período pré-estabelecido, extraídos por veículos individuais ou grupos, que possibilitem a análise de gastos discriminados em abastecimento, lavagens, peças e mãos de obra.

Faturamento de nota fiscal com demonstrativo de compra, discriminado valores gastos com abastecimento, lavagens, peças e mãos de obra.

Viabilizar o pagamento dos serviços executados e o fornecimento de peças e acessórios, mediante uso de senha fornecida aos fiscais designados pela administração.

Possibilidade de visualização, transferência e distribuição dos saldos para plataforma do MMFDH e de cada unidade descentralizada no respectivo contrato de abastecimento, manutenção preventiva e corretiva da frota.

O sistema deverá registrar e armazenar todos os dados da vida mecânica do veículo e, a cada operação:

- Número de identificação da ordem de serviço;
- Número de identificação do cartão ou centro de resultado demandante;
- Identificação do veículo (tipo de frota e placas);
- Modelo do veículo;
- Centro de Custo;
- Data e hora dos abastecimentos;
- Data e hora de abertura e fechamento da ordem de serviço;
- Data e hora de início e fim da manutenção do veículo;
- Tipo de serviço (aquisição de peça/ manutenção corretiva/ serviço de guincho);
- Identificação do gestor responsável pela aprovação do orçamento (nome e matrícula);
- Quilometragem do veículo no momento da execução do serviço;
- Descrição dos serviços executados e peças trocadas;
- Valor total de mão de obra;
- Valor total das peças;
- Tempo de garantia do serviço realizados;
- Tempo de garantia das peças substituídas;
- Valor total da operação;
- Descrição sumarizada da operação;
- Razão Social, endereço e CNPJ do fornecedor e/ou prestador de serviço;
- Número e data das notas fiscais emitidas pelo fornecedor;

Todos os dados acima, deverão estar disponíveis para consulta da Contratante e emissão de relatórios, sendo que, a cada fechamento de período e emissão de nota para pagamento, deverão constar discriminados e separados em relatório de consumo e composição de faturamento.

O sistema deverá emitir relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do abastecimento, das lavagens, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos e de manutenção por veículo e centro de custo.

O histórico das operações deve ser armazenado e de imediata e fácil consulta pela Contratante durante a vigência contratual, bem como, ao término do contrato, deverá ser disponibilizado pela Contratada em planilha eletrônica.

Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter no mínimo, as seguintes informações, sem prejuízo a eventuais alterações e adequações às necessidades da Contratante:

- Histórico de abastecimento e manutenção por período, por tipo de veículo, por placa, por tipo de frota, por centro de custo e por estabelecimento comercial, com descrição do valor total de peças e valor total de mão de obra;
- Ordem de serviço cadastrada;
- Comparativo de valor negociado na ordem de serviço;
- Registro de garantia de peças e serviços;
- Histórico de orçamentos;
- Relatório de custos por tipo de veículo e centro de custo;
- Composição de frota, com ano de fabricação, tipo de veículo, modelo de veículo, centro de custo, placas e demais dados de identificação;
- Relação completa de discriminada de rede credenciada;
- Tempo de imobilização do veículo;
- Custo por tipo de manutenção;
- Custo global, mensal de abastecimento, serviços e peças;

Todos os relatórios devem ser gerados a partir de período pré-estabelecido pelo gestor da frota, permitindo comparativos de desempenho, análise de gestão e migração de dados para planilha eletrônica tipo Excel possibilitando a extração de dados com um período mínimo de 12 (doze) meses.

Cada veículo será cadastrado no sistema da Contratada e identificado por cartão/chip e características básicas como, por exemplo, placa, tipo, status (ativo ou inativo), capacidade máxima de abastecimento, chassi, tipo de combustível, marca/modelo, versão, motor, fabricante, ano de fabricação e modelo, patrimônio, unidade de lotação, hodômetro, cor, etc.

No ato da utilização dos produtos ou serviços será obrigatória a utilização do cartão/chip ou equipamento semelhante do veículo, que deverá possuir senha individual.

A utilização de cartão/chip do usuário será facultativa, contudo, obrigatoriamente, cada usuário deverá ter sua identificação validada por meio de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados, seja online ou offline, sendo de responsabilidade da Contratada a implementação de solução que identifique e iniba, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.

As senhas, seja obtenção/recuperação/troca, deverão ser informadas de forma segura e inviolável, de forma imediata, seja por meio de seu site ou de aplicativo, a ser promovida pelo próprio usuário, seja do cartão/chip pessoal, seja de acesso aos sistemas.

O condutor, devidamente identificado e validado no momento da operação de fornecimento de combustíveis ou manutenção, será considerado responsável pela respectiva transação.

Não será permitido fornecimento de combustíveis ou manutenção de veículos não cadastrados, por responsável não identificado ou previamente autorizado.

O sistema deverá possibilitar o bloqueio imediato do uso de qualquer cartão/chip, pelo respectivo gestor, ou ainda quando da comunicação de perda ou extravio ao serviço de suporte técnico.

O sistema deverá possibilitar o bloqueio temporário a fim de evitar custos com confecção e emissão de novo cartão/chip.

O sistema deverá ter a funcionalidade de solicitação e emissão de segunda via de cartões/chips ou assemelhados.

Quando solicitado pela Contratante, a Contratada deverá reemitir anualmente, sem ônus para a Administração, a quantidade de cartões/chips de veículos cadastrados.

Quando a substituição de cartões/chips for necessária em razão do desgaste decorrente do seu uso normal, a Contratada deverá providenciar a sua substituição sem ônus para a Contratante.

A Contratante desconsiderará possíveis transações efetuadas depois da comunicação de dano físico, perda ou extravio do cartão /chip à Contratada.

Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da Contratada e o operador - servidor autorizado do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos mediante opções de execução oferecidas (menus).

O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento às demandas da Contratante não deverá ser superior a 04 (quatro) horas.

O sistema deverá ter ampla rede de postos, lava jatos, borracharias, oficinas e concessionárias conveniadas, em todo o território nacional e em especial em todas as localidades onde houver unidades do MMFDH, equipadas para aceitar transações de usuários do sistema.

O sistema web da Contratada deverá promover a otimização e homogeneização das operações de abastecimento e manutenção automotivas realizadas, com o controle sobre todos os veículos e respectivos usuários.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para mensuração dos quantitativos necessários essa Divisão de Serviços Gerais, em parceria com os colaboradores da equipe de Transporte, realizou a apuração dos veículos atualmente ativos, contabilizando 11 (onze) veículos, detalhados no Relatório abastecimento e manutenção 2019 - 2022 (2922904), no que segue:



VEÍCULOS - MMFDH							
Id.	Marca/Modelo	Porte	Placa	UF	Ano	Cor	Situação
1	FIAT DOBLÔ ADVENTURE - 2003	Médio	NFH-6931	DF	2003	BRANCA	Ativo
2	FIAT PALIO WEEK ELX FLEX - 2005	Médio	AMY-1574	DF	2005	BRANCA	Ativo
3	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	Médio	JDX-9004	DF	2012	PRETA	Ativo
4	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	Médio	JDX-9274	DF	2012	PRETA	Ativo
5	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	Médio	JDX-9444	DF	2012	PRETA	Ativo
6	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	Médio	JIL-1738	DF	2012	PRETA	Ativo
7	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	Médio	JIL-1748	DF	2012	PRETA	Ativo
8	FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	Médio	JIL-1758	DF	2012	PRETA	Ativo
9	RENAULT FLUENCE - 2014	Médio	OVT-0390	DF	2014	PRETA	Ativo
10	RENAULT FLUENCE DYN20A - 2013	Médio	OVQ-1333	DF	2013	PRETA	Ativo
11	IVECO DAILY45S16 MINIBUS - 2008	Grande	JGC-5881	DF	2008	BRANCA	Ativo

Presumindo que presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por menor preço global, a estimativa das quantidades a serem contratadas serão conforme detalhamento abaixo:

PLANILHA PROPOSTA DE PREÇOS						
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADO (A)
1	1	25372	Fornecimento de Combustíveis para frota de veículos do MMFDH.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 84.845,44
	2	13544	Fornecimento de serviços de lavagem e higienização da frota de veículos do MMFDH.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 15.581,60
	3	3565	Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para a frota de veículos do MMFDH.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 26.143,10
	4	3565	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do MMFDH, calculada pelo valor da mão de obra/hora.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 9.448,80
TOTAL ANUAL ESTIMADO:						R\$ 136.018,94
TOTAL GLOBAL:						

Para estimativa dos valores segue memoria de calculo dos quantitativos de cada item:

#### Item 01 (parte 01) - Estimativa de consumo em Litros:

Inicialmente, com base no Relatório de abastecimento e manutenção 2019 - 2022 (2922904), foi realizado o levantamento da média mensal de consumo em litros de combustível de cada veículo, compreendendo o intervalo de Janeiro de 2021 e Abril de 2022, obtendo uma média de consumo de 717,19 litros de combustíveis mensal, conforme detalhamento abaixo:

CONSUMO MENSAL DE LITROS DE COMBUSTÍVEIS POR VEÍCULO																			
			2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2022	2022	2022	2022	Média de Consumo em litros mensal
Modelo	Placa	Serviço	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	
FIAT DOBLÔ ADVENTURE - 2003	NFH6931	GASOLINA COMUM	41,99	77,78	73,18	54,06	41,21	43,75	45,00	131,01	31,50	88,35	77,05	85,04	144,14	86,84	54,76	92,26	73,00
FIAT PALIO WEEK ELX FLEX - 2005	AMY1574	GASOLINA COMUM	106,00	94,52	52,38	84,77	58,93	98,67	86,69	108,49	89,22	101,44	64,09	70,01	74,51	32,98	94,47	82,07	81,20
FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JDX9004	GASOLINA COMUM	26,56	36,19					56,31	22,41		42,71		6,94		42,67	59,06	85,01	41,98
FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JDX9274	GASOLINA COMUM		33,77			16,43			15,89			11,33		21,18			34,37	22,16
FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JDX9444	GASOLINA COMUM	24,01				57,42	30,68	20,48	30,66	43,56	106,27							44,73
FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JIL1738	GASOLINA COMUM					26,97			34,40	61,06		34,43	39,53	50,29			141,60	55,47
FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JIL1748	GASOLINA COMUM				23,64					22,23				35,03	37,41		64,00	36,46
FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JIL1758	GASOLINA COMUM			16,03	41,40	20,00		51,93	14,62	31,44		84,98	66,40	34,59	40,30	38,16	25,74	38,80
RENAULT FLUENCE - 2014	OVT0390	GASOLINA COMUM	248,21	252,93	130,39	222,84	194,04	216,84	75,44	287,15	171,18	307,10	204,88	295,69	192,93	187,67	252,81	349,42	224,35
RENAULT FLUENCE DYN20A - 2013	OVQ1333	GASOLINA COMUM	42,49	88,27	53,56	29,57	48,88		35,04	91,75		37,57		27,59			32,01		48,67
IVECO DAILY45S16 MINIBUS - 2008	JGC5881	Diesel 5-10 Comum	52,99	43,24	51,29		58,02		52,58		35,75	57,16				49,82	52,42		50,36
															Média de Litros Total Mensal				717,19

Para estimativa do consumo anual de abastecimento, multiplicou-se o consumo mensal de litros de combustível por 12 meses. Cabe destacar que, para uma mensuração mais precisa do consumo total estimado por ano, como margem de segurança foi realizado um acréscimo de 30% (trinta por cento) ao subtotal anual, no que segue:

ESTIMATIVA TOTAL DE ABASTECIMENTO			
Combustível	Consumo em Litros Mensal (A)	Subtotal Anual em Litros (B) = (A X 12)	Total Anual + Acréscimo de 30% (C) = (B x 1,3)
Gasolina Comum	666,82 L	8.001,84 L	10.402,40 L
Diesel S-10 Comum	50,37 L	604,44 L	785,77 L
<b>TOTAL:</b>	<b>717,19 L</b>	<b>8.606,28 L</b>	<b>11.188,17 L</b>

Dessa forma, registra-se que o consumo total anual estimado em litros é de 11.188,17 (onze mil cento e oitenta e oito e dezessete) para o fornecimento de combustíveis da frota de veículos do MMFDH.

#### Item 01 (parte 02) - Estimativa dos preços dos combustíveis:

Em prosseguimento, considerando que o mercado demonstra que a tendência dos ajustes nos preços dos combustíveis nos últimos anos são progressivos, para estimativa de uma média mais precisa com a realidade atual, essa Divisão utilizou como critério o preço do litro de combustível balizado no preço médio vigente no município onde ocorra o abastecimento, conforme publicação da Agência Nacional de Petróleo (ANP), vigente no respectivo período.

A partir desse critério foram obtidos os valores estimados unitários médios de R\$ 7,62 (sete reais e sessenta e dois centavos) para gasolina, e de R\$ 7,10 (sete reais e dez centavos) para o Diesel. Conforme demonstrado nos Anexo I ANP-gasolina e Anexo II ANP-Diesel S10.

#### Item 01 (final) - Estimativa do Valor total de Abastecimento:

Para estimativa do valor total de abastecimento, utilizou-se a base de cálculo do consumo em litros estimado para cada veículo, aplicado ao preço médio do combustível estimado, no que segue:

TRANSPORTE MMFDH - Abastecimento 12 meses					
Serviço	Valor Médio Por Litro (A)	Média de Consumo Mensal (B)	Subtotal Mensal (C) = (A X B)	Subtotal Anual (D) = (C X 12)	Total Anual + Acréscimo (30%) (E) = (D X 1,3)
GASOLINA COMUM	R\$ 7,62	666,83	R\$ 5.081,25	R\$ 60.975,00	R\$ 79.267,50
Diesel S-10 Comum	R\$ 7,10	50,36	R\$ 357,56	R\$ 4.290,72	R\$ 5.577,94
<b>Total Geral</b>		<b>R\$ 717,19</b>	<b>R\$ 5.438,81</b>	<b>R\$ 65.265,72</b>	<b>R\$ 84.845,44</b>

Dessa forma, registra-se que o valor total estimado anual é de **R\$ 84.845,44 (oitenta e quatro mil oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)** para o fornecimento de combustíveis para os veículos do MMFDH.

#### Item 02 - Lavagem e higienização da frota automotiva:

Em prosseguimento, para estimativa de lavagem e higienização da frota automotiva, essa Divisão analisou o histórico de lavagens e higienizações dos veículos realizadas em diversos postos do Distrito federal no período de janeiro de 2021 à abril de 2022 através do Relatório abastecimento e manutenção 2019 - 2022 (2922904), verificou-se que é realizado 02 (dois) tipos de lavagens para o porte de cada veículo, sendo, **lavagem completa** para as lavagens de pintura com higienização interna do veículo e **lavagem expressa** para as lavagens externas apenas da pintura de cada carro.

Em prosseguimento, realizou-se a estimativa do valor das lavagens através da média mensal de cada lavagem realizada no período de janeiro de 2021 à abril de 2022, no que segue:

		MÉDIA DE VALOR DE LAVAGENS MENSAIS																ESTIMATIVA DE VALOR POR LAVAGEM
Serviço	Porte do Veículo	2021 jan	2021 fev	2021 mar	2021 abr	2021 mai	2021 jun	2021 jul	2021 ago	2021 set	2021 out	2021 nov	2021 dez	2022 jan	2022 fev	2022 mar	2022 abr	
Lavagem completa	GRANDE	R\$ 80,00	-	-	-	-	-	R\$ 80,00	-	-	R\$ 80,00	-	-	-	-	-	-	R\$ 80,00
Lavagem completa	MÉDIO	-	-	R\$ 45,00	R\$ 45,00	-	-	-	-	-	-	R\$ 40,00	-	R\$ 40,00	-	-	R\$ 30,00	R\$ 40,00
Lavagem expressa	MÉDIO	R\$ 22,33	R\$ 22,00	R\$ 26,25	R\$ 23,57	R\$ 22,86	R\$ 21,43	R\$ 22,67	R\$ 23,21	R\$ 22,00	R\$ 25,00	R\$ 23,75	R\$ 27,27	R\$ 23,57	R\$ 23,00	R\$ 22,50	R\$ 24,00	R\$ 23,46

Para estimativa do valor total das lavagens, foi realizado o cálculo mensal de lavagens completas e expressas levando em consideração o porte de cada veículo, com o somatório de ambas é efetuado o levantamento do valor mensal e anual das lavagens, conforme detalhamento abaixo:

MÉDIA DE VALOR DE LAVAGENS MENSAIS						
Serviço	Porte do Veículo	Estimativa de Lavagem Completa	Média Unitária de lavagem Completa	Subtotal de Lavagens Mensal	Subtotal de Lavagens Anual	Total Anual + Acréscimo de 30%
		(A)	(B)	(C) = (A x B)	(D) = (C x 12)	(E) = (D x 1,3)
Lavagem completa	GRANDE	1	R\$ 80,00	R\$ 80,00	R\$ 960,00	R\$ 1.248,00
Lavagem completa	MÉDIO	13	R\$ 40,00	R\$ 520,00	R\$ 6.240,00	R\$ 8.112,00
Lavagem expressa	MÉDIO	17	R\$ 23,46	R\$ 398,82	R\$ 4.785,84	R\$ 6.221,60
Total:				R\$ 998,82	R\$ 11.985,84	R\$ 15.581,60

Destaca-se que, de suma importância considerarmos uma margem de segurança proposta para a futura contratação, sob pena de pecarmos no dimensionamento da execução, razão pela qual apontamos 30% (trinta por cento) de acréscimo sob o Subtotal de Lavagens Anual, ficando estimado o valor total anual de **R\$15.581,60 (quinze mil quinhentos e oitenta e um reais e sessenta centavos)** para o fornecimento de serviços de lavagem e higienização dos veículos do MMFDH.

#### Itens 03 e 04 - Manutenção da frota automotiva:

Conforme o histórico dos serviços de manutenção realizados nos veículos do Ministério no exercício dos anos de 2019, 2020 e 2021, obtivemos os valores estimados para nova contratação de peças e mão de obra, levando em consideração o retorno presencial das atividades em que os carros voltaram a sua rotatividade normal antes da pandemia, apontamos uma margem de segurança proposta para a futura contratação de 30% (trinta por cento) de acréscimo sob os valores dos Subtotais Anuais, conforme abaixo:

Manutenções - Peças e Mão de Obra nos anos de 2019 - 2020 - 2021							
MODELO	Placa	2019		2020		2021	
		Peças	Mão de Obra	Peças	Mão de Obra	Peças	Mão de Obra
FIAT DOBLÔ ADVENTURE - 2003	NFH6931	R\$ 1.802,27	R\$ 834,85	R\$ 5.388,10	R\$ 2.296,50	R\$ 4.285,00	R\$ 2.376,00
FIAT PALIO WEEK ELX FLEX - 2005	AMY1574	R\$ 376,00	R\$ 21,15	R\$ 2.518,00	R\$ 1.815,00	R\$ 1.930,70	R\$ 1.107,00
FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JDX9004	R\$ 1.874,00	R\$ 300,00	R\$ 712,80	R\$ 640,00	R\$ 3.930,00	R\$ 2.073,80
FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JDX9274	R\$ 55,00	R\$ 100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JDX9444	R\$ 1.494,00	R\$ 1.380,00	R\$ 90,00	R\$ 20,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JJL1738	R\$ 849,76	R\$ 211,50	R\$ 359,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JJL1748	R\$ 656,00	R\$ 570,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40,00	R\$ 0,00
FORD FOCUS 2L FC FLEX - 2012	JJL1758	R\$ 350,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 207,50	R\$ 0,00
RENAULT FLUENCE - 2014	OVT0390	R\$ 2.724,12	R\$ 1.277,22	R\$ 6.560,00	R\$ 1.020,00	R\$ 4.087,85	R\$ 1.183,00
RENAULT FLUENCE DYN20A - 2013	OVQ1333	R\$ 4.489,34	R\$ 492,30	R\$ 5.127,42	R\$ 786,00	R\$ 1.859,00	R\$ 774,00
IVECO DAILY45S16 MINIBUS - 2008	JGC5881	R\$ 7.446,98	R\$ 2.526,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.117,20	R\$ 0,00
Total por Ano:		R\$ 22.117,47	R\$ 7.713,62	R\$ 20.755,52	R\$ 6.577,50	R\$ 17.457,25	R\$ 7.513,80
		SUBTOTAL ANUAL					
		TOTAL ANUAL					
		ACRÉSCIMO (30%)					
		Total Geral					

PLANILHA PROPOSTA DE PREÇOS									
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADO (A)	DESCONTO (B)	VALOR DO DESCONTO (C) = (A x B)	SUBTOTAL ANUAL COM DESCONTO (D) = (A - C)
1	1	25372	Fornecimento de Combustíveis para frota de veículos do MMFDH.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 84.845,44	4,48%	R\$ 3.801,08	R\$ 81.044,36
	2	13544	Fornecimento de serviços de lavagem e higienização da frota de veículos do MMFDH.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 15.581,60	5,19%	R\$ 808,69	R\$ 14.772,91
	3	3565	Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para a frota de veículos do MMFDH.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 26.143,10	4,88%	R\$ 1.275,78	R\$ 24.867,32
	4	3565	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do MMFDH, calculada pelo valor da mão de obra/hora.	Real	Maior desconto (%)	R\$ 9.448,80	5,40%	R\$ 510,24	R\$ 8.938,56
TOTAL ANUAL ESTIMADO:						R\$ 136.018,94		R\$ 6.395,78	R\$ 129.623,16
TOTAL GLOBAL:								R\$ 129.623,16 (cento e vinte e nove mil seiscentos e vinte e três reais e dezesseis centavos)	

Os valores dos descontos serão propostos pela Licitante e aplicados ao valor total estimado para a presente contratação

A pesquisa de preços será pormenorizada mediante Nota Técnica 15 (2970579).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Como a contratação em tela trata-se de serviço de administração e gerenciamento de abastecimento, lavagem, fornecimento de peças e manutenção dos veículos, dividir o objeto em itens poderia comprometer a viabilidade técnica e econômica da contratação. Técnica porque os itens se correlacionam e separá-los seria criar mais procedimentos de gestão e econômico porque o parcelamento dos itens diminuiria o interesse no fornecimento dos serviços e haveria uma perda na economia da escala.

Destaca-se que, o mercado demonstra que os serviços prestados nos itens do presente certame são realizados por empresas do mesmo ramo e que o não parcelamento proporcionará descontos mais vantajosos a administração no ganho de escala.

Dessa forma, a área demandante optou pela aglutinação dos serviços em apenas um grupo, de modo que facilitará a gestão dos serviços e, por consequência, dos eventuais contratos. Manter apenas uma empresa responsável pela administração e gerenciamento dos itens parece ser a opção mais racional, uma vez que o serviço a ser contratado não demanda nenhuma complexidade técnica. Com isso, a equipe de fiscalização se beneficia ao tratar quaisquer detalhes da execução dos serviços com apenas um interlocutor, reduzindo inclusive as deficiências de acompanhamento do serviço ao promover agilidade no tratamento das questões formais.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há que se falar em contratações correlatas e/ou interdependentes no que tange ao presente objeto da contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está cadastrada no Plano anual de Contratações - PAC 2022.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação de um operador logístico espera-se alcançar uma maior eficiência na questão que envolve o fornecimento de combustíveis e a manutenção da frota automotiva, aproveitando-se da expertise de empresas que atuam no ramo há anos, e detém melhores condições de realizar o serviço com economia e nível adequado. Além disso, com a utilização de meios externos, espera-se considerável economia ao deixar de utilizar servidores do órgão, para esse fim, bem como:

- Ter uma empresa responsável pelo abastecimento, limpeza, manutenção e conservação dos veículos pertencentes à frota do MMFDH;
- Padronizar, otimizar e racionalizar procedimentos e rotinas de trabalho que demandem deslocamento de servidores deste MMFDH e que não puderem ser realizadas pelo TáxiGov;
- Tornar mais eficientes, ágeis, consistentes e seguros os controles da frota, em face da forma precisa de registro e manipulação informatizada dos dados, que reduz sobremaneira a inconsistência das informações; e
- Por fim, dar continuidade aos serviços de transporte para atividades prestadas no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em Brasília/DF, garantindo a otimização e adequação do trabalho dos servidores em suas atribuições finalísticas e administrativas na instituição, cuja interrupção comprometeria o pleno funcionamento da instituição.

### 13. Providências a serem Adotadas

Ocorrerá a designação formal pelas autoridades competentes do gestor da execução contratual e fiscais responsáveis pela fiscalização técnica, administrativa e setorial, se for o caso, e seus substitutos. O contrato será administrado pela Divisão de Serviços Gerais/COLOG/CGL/SOAD/SE/MMFDH.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando o que dispõe o artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é imperioso que os bens e serviços envolvidos nesta contratação considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

Todos os processos envolvidos na execução desse objeto, sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

A Contratada deverá buscar que sua rede credenciada adote, cada vez mais, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a Contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando--o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, por meio da Contratada, coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá--lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê--lo e recolhê--lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar--lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo--os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando--os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

Quanto às substâncias que destroem a camada de ozônio, na execução dos serviços, a Contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e triclouroetano), obedecendo às seguintes diretrizes.

Quanto a frascos de aerossol em geral, a Contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.

Manter programa interno para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados e destiná-los à coleta seletiva municipal ou às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

Respeitar as Normas Brasileiras de Regulamentação – NBRs, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Propor à Contratante medidas que visem a economia de combustíveis e também a emissão de gases poluentes.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de toda a análise desenvolvida no estudo preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de prestação dos serviços, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

## 16. Responsáveis

Documento de Oficialização da Demanda (DOD) COLOG (2886907)

REINALDO SERGIO RODRIGUES

Integrante Requisitante

Documento de Oficialização da Demanda (DOD) COLOG (2886907)

CLAUDIA SOARES LOPES

Integrante Requisitante

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANP - Gasolina.png (111.14 KB)
- Anexo II - ANP - Diesel S10.png (128.26 KB)
- Anexo III - Relatório de abastecimento e manutenção 2019 - 2022 (2922904).xlsx (192.39 KB)

**Anexo I - ANP - Gasolina.png**





SLP  
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

Você está em »

**Síntese dos Preços Praticados - DISTRITO FEDERAL**  
**Resumo I - GASOLINA COMUM R\$/l**  
**Período : De 08/05/2022 a 14/05/2022**

DADOS MUNICÍPIO					
MUNICÍPIO	Nº DE POSTOS PESQUISADOS	Preço ao Consumidor			
		PREÇO MÉDIO	DESVIO PADRÃO	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO
<a href="#">Brasília</a>	47	7,625	0,156	7,440	7,990

Exportar

O cálculo do preço médio foi ponderado de acordo com as vendas de combustíveis informadas pelas distribuidoras à ANP no ano de 2019, por meio do i-SIMP (Sistema de Informações de Movimentação de Produtos).

Data de Emissão : 19/05/2022

Site melhor visualizado com o Microsoft Internet Explorer  
Em caso de dúvidas na utilização do sistema, entre em contato com o  
**Centro de Relações com o Consumidor da ANP - Telefone 0800 - 970 0267**  
É autorizada a reprodução total ou parcial dos dados publicados nesta página, mediante menção obrigatória da fonte (endereço eletrônico e data de acesso) de forma clara e visível.  
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
[Clique aqui para acessar a série histórica do Levantamento de Preços](#)

**Anexo II - ANP - Diesel S10.png**



SLP  
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

Você está em »

**Síntese dos Preços Praticados - DISTRITO FEDERAL**  
**Resumo I - OLEO DIESEL S10 R\$/l**  
**Período : De 08/05/2022 a 14/05/2022**

DADOS MUNICÍPIO					
MUNICÍPIO	Nº DE POSTOS PESQUISADOS	Preço ao Consumidor			
		PREÇO MÉDIO	DESVIO PADRÃO	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO
<a href="#">Brasília</a>	37	7,108	0,134	6,590	7,390

Exportar

O cálculo do preço médio foi ponderado de acordo com as vendas de combustíveis informadas pelas distribuidoras à ANP no ano de 2019, por meio do i-SIMP (Sistema de Informações de Movimentação de Produtos).

Data de Emissão : 19/05/2022

Site melhor visualizado com o Microsoft Internet Explorer  
Em caso de dúvidas na utilização do sistema, entre em contato com o  
**Centro de Relações com o Consumidor da ANP - Telefone 0800 - 970 0267**  
É autorizada a reprodução total ou parcial dos dados publicados nesta página, mediante menção obrigatória da fonte (endereço eletrônico e data de acesso) de forma clara e visível.  
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
[Clique aqui para acessar a série histórica do Levantamento de Preços](#)